

## O CAPITAL ESTRANGEIRO E NACIONAL NA ENERGIA PAULISTA

Cláudia Belini Dino  
Irrael Cordeiro de Melo Junior  
Sérgio Luiz Santos de Oliveira  
Su Jeong Kim

**Resumo** A presente pesquisa aborda a história dos investimentos estrangeiros e nacionais no setor elétrico do Estado de São Paulo, desde a gênese do setor na região no final do século XIX, passando pelo inicial monopólio privado, pela estatização do setor na década de 60 e, finalmente, pelas privatizações iniciadas na década de 90, quando tentamos identificar a origem dos recursos aplicados no desenvolvimento do setor.

**Palavras-chaves:** Setor elétrico, privatização, estado de São Paulo, capital estrangeiro, monopólio

## Introdução

O tema da pesquisa desenvolvida refere-se ao setor elétrico paulista. Pretendeu-se investigar os investimentos voltados para esse setor em um período que abrange desde o fim do século XIX, momento em que se instalam pequenas usinas através de pioneiros investidores nacionais, período de ampla participação de empreendedores estrangeiros, de uma política de estatização das empresas de eletricidade e da posterior adoção de uma política privatizadora para o setor.

Percebemos a necessidade de uma pesquisa que abordasse o investimento nacional, que corresponde tanto aos empreendedores privados nacionais, como os dos governos municipal, estadual e federal. Também coletamos dados sobre os investimentos estrangeiros nessa área.

Inicialmente, há um interesse maior com relação à Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e em relação a Light - The São Paulo Tramway, Light Power Company Limited. Os momentos de estatização e de privatização das companhias elétricas são tratados de forma mais ampla, a fim de apresentarmos um quadro geral do processo de atuação dessas políticas no setor paulista. Assim, percorremos também a atuação dos órgãos governamentais nacionais como o BNDES ou como os órgãos estrangeiros de investimento como o FMI.

### 1. O Monopólio Privado

O setor elétrico brasileiro originou-se nos fins do século XIX. Grandes empreendedores privados nacionais e os públicos municipais foram os pioneiros na instalação de pequenas usinas. O surgimento do setor elétrico, ao final do século XIX, ocorreu numa fase de grande expansão do capitalismo internacional e das unidades agro-exportadoras das economias periféricas. Desde o início, o setor contou com a presença de grupos estrangeiros e nacionais, que se expandiram principalmente nas áreas próximas ao complexo cafeeiro.

A indústria de energia elétrica paulista entre o final do século XIX e início do XX (o que, de certa forma, refletia a indústria do Brasil como um todo) apresentava uma estrutura dicotômica, onde de um lado estavam as pequenas centrais hidrelétricas e termelétricas que tinham o papel de suprir os municípios, as instalações auto-produtoras das indústrias e as pequenas unidades de consumo doméstico nas regiões agrícolas e, de outro lado estavam as empresas internacionais que se interessaram pela exploração dos serviços elétricos na capital paulista (inicialmente a Light e posteriormente a AMFORP).

No início do século XX, com a chegada de grandes grupos estrangeiros, o setor ganhou mais dinamismo e a partir da década de 20 passou por um processo de concentração das concessionárias estrangeiras, que foram absorvendo a maioria das empresas privadas nacionais e municipais. É desta forma que a Brazilian Traction, Light & Power Company Ltd. e a AMFORP – American Foreign Power Co. tornaram-se, nas primeiras décadas do século XX, “blocos homogêneos” no setor elétrico paulista.

A Revolução de 1930 trouxe consigo todo um projeto de centralização político-econômico para o Brasil, indo em sentido oposto ao que ocorria no país durante a República Velha, época em que os poderes regionais prevaleciam sobre o poder central da Nação. A centralização proposta por Getúlio Vargas e seu grupo não se deu da noite para o dia, mas ocorreu de forma gradual, enfrentando uma série de obstáculos comuns a um país fragmentado como era o Brasil, com suas estruturas políticas, econômicas e sociais ainda em formação e herdadas de um sistema republicano que sequer completara 50 anos. Para um satisfatório fortalecimento do Estado foi necessário todo um esforço no sentido de se alterar a legislação anterior, sobretudo no que tange as questões econômicas.

Apesar do atraso, a economia brasileira crescera nos decênios anteriores, contudo este crescimento estava fortemente subordinado ao capitalismo internacional. Coube ao novo grupo hegemônico, no país, reorganizar a economia (não apenas esta, mas também a política e a cultura) num contexto em meio a uma crise internacional. O café continuava sendo o principal produto brasileiro, mas a indústria crescia em ritmo constante, sobretudo no estado São Paulo, o mais rico da Nação. Um balanço do crescimento industrial paulista nas duas primeiras décadas do século vinte nos dá a idéia da expansão da indústria neste estado: o número de estabelecimentos de produção fabril em São Paulo, em 1901, era de 165 unidades com aproximadamente 13.000 operários; já em 1920 havia 4.145 fabricas com 83. 998 operários<sup>1</sup>. Este crescimento não pode ser desprezado pelo novo projeto de Nação que entrou em vigor após a Revolução de 30, porém para a continuidade do desenvolvimento de sua indústria o país dependia de um fator crucial, a eletricidade.

### *O Código de Águas*

Antes de 30 as leis referentes ao uso dos rios eram estaduais e federais e, como os contratos eram de âmbito municipal, as leis eram esparsas e de consolidação pendente. Como já mencionado, o estado de São Paulo (onde se encontrava a metade da produção industrial brasileira) era repleto de usinas de pequeno porte que iam

---

<sup>1</sup> Dean, W. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel. 1971. p. 99.

surgindo concomitantemente ao crescimento industrial. Nesse panorama os grupos multinacionais Light e Bond and Share (pertencente ao grupo AMFORP) iniciam um processo de monopolização da eletricidade em São Paulo e em outros estados da federação. Em 1928, já tinham sob sua administração todas as grandes usinas do estado, estando o grupo Bond and Share, através das chamadas Empresas Elétricas Brasileiras (tendo como sua subsidiária, em São Paulo, a Cia Paulista de Energia Elétrica) atuando no interior e a Light predominando sobre a capital paulista. A produção de energia elétrica, vital para o desenvolvimento do país, estava nas mãos de trustes internacionais, que aqui exerciam ação imperialista, sem nenhum compromisso com a população. Prestavam um serviço caro, com evidentes objetivos de prejudicar o crescimento nacional.

O Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, criado em 1933, afim de organizar a ação governamental sobre o setor elétrico, fiscalizar e mesmo controlar o uso do potencial hidráulico do país para a produção de energia e também para a irrigação, através do decreto 23.016 de 28 de julho de 1933, criou o Serviço de Águas, posteriormente transformado em Divisão de Águas. Nesse impulso foi criado, em 1934, o Código de Águas, regulamentando o uso das águas, tendo em vista os interesses da Nação.<sup>2</sup>

Este código vinha sendo desenvolvido desde 1904, por um deputado, Homero Batista, e um jurista, Alfredo Valadão, que muito batalharam pela implementação do Código, finalmente adotado em 1934. Os principais pontos do código são:

- a) Quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica são declarados bens distintos e não integrantes das terras (art. 145);
- b) As quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica são incorporadas ao patrimônio da Nação, como propriedades inalienáveis e imprescindíveis (art. 147);
- c) O aproveitamento industrial da quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica será feito por concessão do Governo (art.139);
- d) As empresas são fiscalizadas pelo governo inclusive em sua contabilidade (art. 178);
- e) As tarifas serão estabelecidas na base de serviços prestados pelo preço de custo (art. 180);
- f) O capital das empresas será avaliado na base do custo histórico (art. 180);
- g) As concessões só serão conferidas a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil (art. 195);

---

<sup>2</sup> Nascimento, B.H. *A Ordem Nacionalista Brasileira*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP. 2002. p. 131.

h) A maioria de diretores das empresas será constituída de brasileiros residentes no Brasil ou deverão as administrações destas empresas delegar poderes de gerência exclusivamente a brasileiros (art. 195 – 1º);

i) Deverão estas empresas manter nos seus serviços no mínimo dois terços de engenheiros e três quartos de operários brasileiros (art. 195 – 2º).<sup>3</sup>

As tarifas, fiscalizadas e controladas pelo Estado, seriam mantidas em níveis razoáveis. Deveriam ser revistas a cada três anos e estabelecidas somente em moeda nacional. Os lucros líquidos anuais da empresa concessionária, conforme o Decreto 5.407 de 27 de dezembro de 1904, não poderiam exceder 12% do capital fixado e aprovado pelo governo. Com isso reduziam-se os privilégios das companhias concessionárias de produção e distribuição de eletricidade. Acabava a prerrogativa concedida no contrato à Light, permitindo a cobrança de 50% de tarifa em ouro, ao câmbio do mês de consumo, regalia retirada pelo Decreto 23.501 de 27 de novembro de 1933 e confirmada no Código de Águas.<sup>4</sup> A Lei Estadual nº 2.410 de 16 de fevereiro de 1935, reorganiza a Inspetoria de Serviços Públicos de São Paulo, adequando-a para exercer as atividades de fiscalização e de apoio técnico às concessionárias de energia elétrica, deste o modo o Estado de São Paulo se insere nos novos pressupostos estatizantes presentes no Código de Águas.

O advento do Estado Novo, mais a necessidade em se coordenar a economia em período de guerra (1939-1945), dão novo impulso à ação estatal. Como seria de se esperar, o setor elétrico não ficaria imune a esse novo paradigma. Para contornar futuros problemas de escassez, na iminência do conflito mundial, o Governo criou o CNAEE (Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica), em Decreto lei 1.285 de 10 de maio de 1939. O CNAEE dispunha de maior raio de ação que a Divisão de Águas, uma vez que, estava diretamente vinculada a Presidência da República e, suas atribuições eram mais abrangentes. A elaboração de toda política de energia elétrica do Governo Federal passou a ser atribuição do CNAEE, desde questões tributárias até planos de interligação de usinas. A partir do Decreto Lei 2.281 de 05 de junho de 1940, o Estado incorporou o setor termelétrico (que ficara fora do Código de Águas de 1934) e a partir desse momento todas as atividades do setor elétrico, desde a geração até a distribuição (qualquer que fosse a fonte de energia primária) passariam ao controle e fiscalização do governo Federal. Em 1943, foi criado o Plano Nacional de Eletrificação, projeto que visava integrar as programações das diversas concessionárias e órgãos atuantes na área, ficando

---

<sup>3</sup> Branco Catullo. *Energia Elétrica e Capital Estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega. 1975. p. 70.

<sup>4</sup> Nascimento, B.H. *A Ordem Nacionalista Brasileira*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP. 2002. p. 132.

estabelecida uma hierarquia de prioridades a serem atendidas. O papel do estado foi definido nessa iniciativa como o de coordenador das atividades das empresas privadas, no contexto de nacionalização da política, a partir dos órgãos federais.

Contudo, as crises de fornecimento decorrentes da 2ª Guerra Mundial deram maior poder de barganha aos trustes internacionais, dificultando a ação e o controle estatal sobre o setor elétrico e, os privilégios das empresas estrangeiras se mantiveram praticamente intactos, apesar do maior gerenciamento estatal. Prova disso é que até o início dos anos 50 as duas maiores empresas de exploração de energia elétrica no Brasil, a Light e o grupo Amforp, dominavam 2/3 do suprimento de energia elétrica do país.

A constituição de 1946 não introduziu qualquer inovação no conturbado quadro institucional em que se encontrava o setor elétrico brasileiro, porém manteve a legislação criada no primeiro período do governo Vargas. Entretanto, no governo Dutra, não houve projetos efetivos no sentido de se regulamentar o Código de Águas. Apesar do imobilismo do substituto indicado pelo próprio Vargas, a economia cresceu, dando prosseguimento ao processo de industrialização iniciado em 1930, durante este período o PIB brasileiro cresceu e a taxa média anual foi de 11%. Para coordenar um programa de obras públicas em setores considerados críticos para a economia nacional – dentre eles o elétrico – foi formulado o Plano Salte (Saúde, Alimentação, transporte e Energia). Este plano foi formulado por uma comissão mista, formada por técnicos brasileiros e estadunidenses. As conclusões chegadas, com relação ao setor elétrico, foram de que seriam necessários grandes investimentos para um maior desenvolvimento do setor, destacando a manutenção do Estado nas funções de regulamentação e controle, não se propondo a restringir o campo dessas atividades ao monopólio estatal e facultando a concessão de exploração desses serviços a entidades privadas. Nesse pressuposto, o Plano Salte recomendou ao setor de energia que:

1. Os serviços de eletricidade devem desenvolver-se sempre que possível através de iniciativa particular, inclusive com o recurso desejável do capital estrangeiro.
2. Ao poder público cumpre amparar e estimular a iniciativa privada, adotando ou promovendo medidas convenientes.
3. O governo (união, estados e municípios) agirá supletivamente, sempre que a iniciativa particular se mostrar desinteressada, ou omissa.<sup>5</sup>

As recomendações do Plano Salte eram favoráveis às operadoras internacionais, as principais interessadas na manutenção do capital privado no setor elétrico brasileiro,

---

<sup>5</sup> Correa, M.L. *O Setor da energia elétrica e a constituição do estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. 1934-1954*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2003. p. 167.

contando com o apoio do governo da época. Foi constatado o atraso, recomendou-se investimentos pesados no setor, mas pouco se discutiu sobre o porquê desse atraso, uma vez que, a produção elétrica brasileira estava nas mãos da iniciativa privada, comandada pelo capital internacional, que prestava um serviço que cada vez mais entrava em descompasso com o nosso crescimento industrial. Estava claro que o atraso brasileiro relativo ao setor elétrico era devido ao serviço ruim prestado pelas operadoras, que lucravam mesmo com precariedade. Uma declaração da Prefeitura de São Paulo informava que, de acordo com a fiscalização, entre 1940 e 1948, o consumo cresceu 179% e em contrapartida, a potência instalada aumentou somente 18%, apesar de empréstimos milionários feitos a Light (que operava na cidade) nos anos de 1945 e 1949.<sup>6</sup> Mesmo com a criação do Conselho Estadual de Energia Elétrica, em 1948 (gestão Adhemar de Barros), órgão vinculado a administração estadual, com o objetivo fundamental de efetuar estudos que viessem aliviar a crescente carência de energia elétrica, investimentos efetivos no setor só seriam observados a partir da década seguinte.

Com a volta de Getúlio Vargas ao poder, em 1950, o projeto de expansão do setor público retorna a cena. No que tange ao setor elétrico, era necessário adotar um modelo para suprir a crescente demanda por energia. Face à ausência de investimentos por parte da iniciativa privada, o Governo teve que atuar diretamente tanto na esfera federal quanto na estadual. Em 10 de abril de 1954 era assinado o decreto de criação da Eletrobrás. O volume de investimentos necessários para acompanhar o crescimento da demanda nacional indicou a necessidade da instituição de fontes específicas de recursos, nesse impulso ocorre a criação do Fundo Federal e Eletrificação, em 31 de agosto de 1954, após o suicídio de Getúlio Vargas. O objetivo desses fundos era arrecadar capital através de impostos e de tarifas para financiar a expansão do setor elétrico estatal.<sup>7</sup>

#### *O Plano de Eletrificação do Estado de São Paulo*

No Estado de São Paulo, durante o governo de Lucas Nogueira Garcez, por determinação da Lei nº 1.350 de 12 de dezembro de 1951, é criado o DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica). O DAEE, além de cumprir a execução no estado do Código de Águas, tinha também por objetivo, estudar o regime dos rios existentes em solo paulista e fazer o levantamento das condições topográficas e geológicas das bacias desses mesmos rios. Vale ressaltar que o DAEE agregou às suas

---

<sup>6</sup> Branco Catullo. *Energia Elétrica e Capital Estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega. 1975. p.74.

<sup>7</sup> Ibid, p.111

atividades o Serviço de Hidrografia do Instituto Geográfico e Geológico da Secretaria de Agricultura. Nesse mesmo ano, foi elaborado o Plano Básico de Eletrificação do Estado (fruto, principalmente, dos debates intensos entre os industriais paulistas no âmbito da FIESP<sup>8</sup>), que, em 1955, cederia lugar ao Plano Estadual de Eletrificação. No âmbito interno do DAEE foram criados o Serviço do Vale do Tietê, Vale do Paraíba e do Vale do Ribeira.<sup>9</sup>

Nesse movimento foi criada a USELPA - Usinas Hidrelétricas de Paranapanema S.A, em 1953, primeira concessionária de serviços de energia elétrica a ser empreendida pelo governo do Estado. O primeiro empreendimento da USELPA foi a construção da usina de Salto Grande, com seu primeiro gerador entrando em operação, em 1958. Além de Salto Grande a concessionária construiu a usina de Jurumirim, iniciada em 1956 e concluída em 1962, e a usina de Chavantes, cuja construção foi iniciada em 1959, mas concluída apenas em 1970, sob a administração de CESP. Fora esses empreendimentos, havia projetos de se criar as usinas de Piraju, Capivara e Taquaruçu. Outras concessionárias criadas nesse período pelo governo estadual foram a CHERP - Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo, em 1955<sup>10</sup>, responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Armando de Salles Oliveira e da Usina Hidrelétrica Euclides da Cunha; a distribuidora BELSA - Bandeirante de Eletricidade S.A., criada em 1952, no sentido de unificar a distribuição e o controle de cobrança de energia elétrica no Estado de São Paulo; e a COMEPA - Cia. Melhoramentos de Paraibuna.

Com a interferência do Estado no setor elétrico, um dos caminhos encontrados para resolver a questão do capital privado foi a criação das sociedades de tipo mista, com administração do setor público e particular (USELPA e CHERP eram empresas de capital misto). Dessa forma, os trustes internacionais puderam se manter presentes nas empresas de exploração de energia brasileiras, ainda que sob o controle governamental. Ainda assim, o decreto de criação da Eletrobrás marca o início do processo efetivo de estatização do setor elétrico brasileiro, vale notar que esse projeto impulsionado por Getúlio Vargas era inspirado no New Deal de Roosevelt, para quem a produção da eletricidade deveria ser encampada pelo Estado e não por monopólios privados, interessados apenas na obtenção de lucro e não no interesse geral.

### *A Eletrobrás*

---

<sup>8</sup> Goldemberg, J. A questão energética no Estado de São Paulo: Alguns aspectos. São Paulo: CESP, 1983.

<sup>9</sup> Almeida, M.W. *Estado e Energia Elétrica em São Paulo: CESP, um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1980. p.53.

<sup>10</sup> Leme, G.T. A. *Estrutura de Financiamento do Setor Hidrelétrico: O caso da CESP*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEA/USP, 1987. p. 16.



O projeto de criação da Eletrobrás ficou engavetado durante os governos de Café Filho e Juscelino Kubitschek (JK), mas ainda assim o divisor de águas na trajetória da indústria de energia elétrica no Brasil foi o Governo JK com o seu Plano de Metas, sendo uma dessas metas ampliar a eletrificação necessária para apoiar a industrialização pretendida. A discussão sobre como seriam os rumos do setor de energia elétrica entre as correntes de pensamento divergentes continuou (nacionalistas versus representantes do capital internacional), havendo opiniões discrepantes principalmente sobre como financiar os investimentos necessários, se com tarifas (reajuste e introdução da correção monetária de ativos) ou com impostos. Para acomodar a acesa discussão, o Governo JK emitiu o Decreto nº. 41.019, que regulamentava a prestação dos serviços de energia elétrica, mediando as posições nos pontos mais controversos. A estratégia adotada, de caráter conciliatório e que acalmou os interesses em jogo (Light e Amforp), era a mesma adotada pelo Plano Nacional de Eletrificação, em 1954, que, por sua vez, dava continuidade ao primeiro plano elaborado nos anos 40. Caberia às empresas públicas a expansão da capacidade instalada no Brasil (geração e transmissão), ficando a cargo das concessionárias particulares, estrangeiras e nacionais, os serviços de distribuição de energia elétrica.

Fora os acordos definidos durante o período JK, a estatização era um processo irreversível e, ainda nesse governo foi criado o Ministério de Minas Energia, em 1960, deixando clara a opção em se centralizar a questão elétrica nacional na esfera do executivo, sob forte pressão da sociedade. Este novo Ministério absorveu os órgãos atuantes no setor, até então integrados no Ministério da Agricultura. Nem mesmo a Jânio Quadros, político alinhado ideologicamente a UDN e esta, por sua vez, alinhada aos interesses multinacionais, foi possível se voltar contra o projeto de criação da Eletrobrás, sancionada por lei em 25 de abril de 1961.

A Eletrobrás (Empresa Centrais Elétricas S A) foi constituída como uma empresa holding, que tinha por objetivo participar da coordenação técnica, administrativa e financeira do setor de energia elétrica através de suas atividades nas áreas de planejamento, supervisão e operação de sistemas, engenharia e financiamentos. A Eletrobrás passou a deter a maioria dos ativos de geração e transmissão presentes no Brasil. No momento de sua criação, a Eletrobrás incorporou a CHESF, a FURNAS, a Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba e a termelétrica de Charqueadas, representando uma capacidade de geração de 5.800 MW. Em 1961, sob o governo estadual Carvalho Pinto, é criada a CELUSA - Centrais Elétricas Urubupunga SA. Esse empreendimento marca definitivamente a presença do governo estadual na geração de energia elétrica em São Paulo. Foi com este projeto que ficou plenamente caracterizada

a participação do poder público na tarefa de transmissão de energia, uma vez que, grande parte da energia a ser produzida em Urubupunga deveria ser transportada para os grandes centros consumidores da região sudeste, particularmente para a grande São Paulo.

Em 1963, seguindo a linha da União com a Eletrobrás, o Estado de São Paulo, sob o governo de Adhemar de Barros, promoveu estudos para unificação das empresas de eletrificação paulistas, agrupando a CELUSA, CHERP - Centrais Hidrelétricas do Rio Pardo e USELPA - Usinas Elétricas do Paranapanema e BELSA - Bandeirante Eletricidade SA, criada em 1962. Esta iniciativa abriria caminho para a criação da CESP - Centrais Elétricas de São Paulo, em 1967.

O projeto da Eletrobrás previa a absorção gradual do setor elétrico brasileiro, seu apelo foi tão forte que mesmo o grupo que ascendeu ao poder após o golpe de Estado, em 1964, não pôde impedir o seu fortalecimento. Mas, um dos artigos da empresa mantinha as sociedades de tipo mista, sustentando a participação dos trustes internacionais nas empresas produtoras de energia, ainda assim o controle e o gerenciamento nacional sobre o setor se tornou uma realidade.

A partir deste ponto, para encerrar este capítulo sobre o monopólio privado, apresentaremos brevemente a trajetória das duas empresas mais importantes do setor, dentro deste período, no Estado de São Paulo, até o período imediatamente anterior ao das privatizações.

#### *A Light - The São Paulo Tramway, Light Power Company Limited*

Constituída em 7 de abril de 1899 em Toronto, Canadá, com um capital inicial de 6 milhões de dólares canadenses, por um grupo de investidores cujo capital provavelmente tinha origem inglesa e norte-americana. No mesmo ano, a nova empresa compra, do Capitão Francisco Antônio Gualca e do Comendador Antônio Augusto de Souza, os direitos de concessão para explorar os serviços de viação elétrica urbana, e consegue um complemento junto à Câmara Municipal de São Paulo que amplia seus direitos para a produção e a distribuição de energia Elétrica na capital.

A empresa inicia suas operações de forma um pouco precária, sendo suprida pela usina a vapor da Rua São Caetano, e logo constrói a Usina Hidrelétrica de Parnaíba, que é inaugurada em 1901 e atende razoavelmente a demanda de energia para transporte e para iluminação pública. Entretanto, rapidamente foram expandidas as linhas de bonde e a rede de iluminação pública, o que fez com que, próximo a 1912, a usina atingisse sua

capacidade final. Porém antes a empresa já contava com planos de expansão. Em 1911, o grupo Light compra a Empresa de Eletricidade de Sorocaba (propriedade do Banco União de São Paulo), e responsabiliza-se pela construção da Usina Hidrelétrica de Itupararanga, inaugurada em 1914, e amplia a oferta de energia para a área de concessão da empresa.

Devido à crescente atividade industrial e às estiagens que ocorreram na década de 1920, a Light teve que aumentar a capacidade geradora através de unidades térmicas e, de forma gradativa, construiu algumas usinas hidrelétricas nos anos seguintes, como a da queda do Rasgão e o conjunto hidrelétrico de Cubatão, obra que foi destaque na engenharia mundial na época, por aproveitar o desnível entre o planalto e o nível do mar.

Em 1927 e em 1928, o grupo Light adquiriu e incorporou oito companhias concessionárias de energia elétrica que detinham contratos de concessão em diversos municípios do interior do Estado (ver tabela), o que pode ser interpretado à luz de uma concorrência com o Grupo *Bond and Share* (AMFORP), que neste mesmo período entrou no setor através da compra de inúmeras concessionárias de eletricidade no Estado de São Paulo (ver o subtítulo seguinte sobre a CPFL).

Na mesma medida em que a demanda por energia aumentava na área de concessão da Light, aumentava o potencial do complexo de Cubatão, mas devido a períodos de estiagens no início da década de 1950, o grupo teve que ampliar seu programa termoelétrico, o que foi realizado com financiamentos de bancos internacionais, avalizados por bancos nacionais. Nos anos seguintes, não houve mudanças significativas na estrutura da Light, a não ser em 1956, quando o grupo reestruturou-se tendo por base a Brascan Ltd, iniciando o processo de nacionalização da companhia.

<b>Concessionárias Submetidas ao Controle da Light</b>		
<b>Empresa</b>	<b>Organizada em</b>	<b>Cidades e Municípios atendidos</b>
Cia. Ituana de Força e Luz	01/09/1903	Salto e Itu
Empresa Luz e Força de Jundiaí S.A	26/06/1904	Jundiaí, Indaiatuba e Vinhedo
Cia. Força e Luz Norte de S. Paulo	22/04/1911	Caçapava, Pindamonhangaba, Salesópolis e Branca
Empresas Melhoramentos de Porto Feliz	23/08/1911	Porto Feliz e Boituva
Empresas de Eletricidade São Paulo e Rio	30/08/1911	Taubaté, Tremembé e Lorena
Cia. Força e Luz de Guaratinguetá	05/11/1911	Guaratinguetá e Aparecida
Empresas Hidrelétrica da Serra da Bocaina	23/09/1911	Cachoeira Paulista e Cruzeiro
Cia. Força e Luz de Jacareí e Guararema	27/09/1919	Jacareí e Guararema

*Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL)*

Foi fundada no dia 16 de novembro de 1912, na cidade de São Paulo. A primeira direção da empresa contou com nomes expressivos no interior paulista e pioneiros no ramo de produção e de distribuição de energia elétrica como José Balbino de Siqueira e Joaquim Mário de Souza Meirelles.

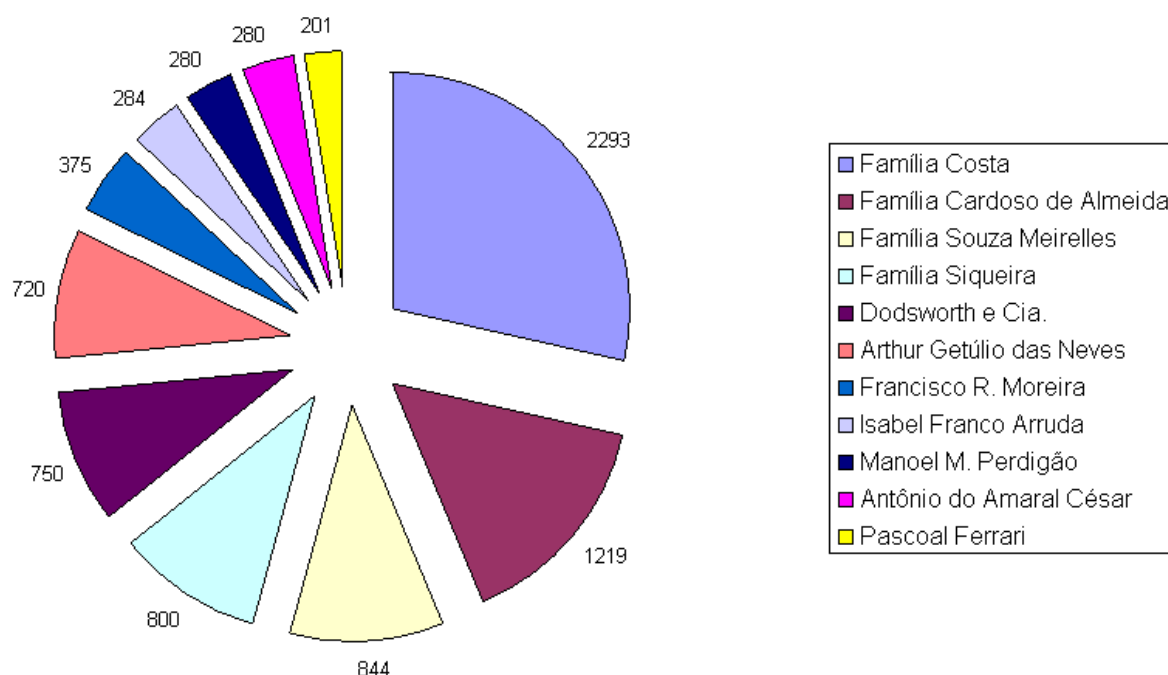
Os grandes acionistas da CPFL, durante a sua formação, foram Manofredo Antônio da Costa, Armindo Cardoso, José Balbino de Siqueira e Joaquim Mário de Souza Meirelles.

Os homens que fundaram a CPFL, assim como a grande maioria dos pioneiros do setor de energia em São Paulo, tinham relação estreita com o campo e suas riquezas provinham, principalmente, de atividades cafeeiras.

A companhia surgiu para formar um sistema integrado de várias pequenas empresas, que desde o início do século XX já atuavam no setor. Essas empresas foram basicamente quatro: Empresa Força e Luz de Botucatu, Empresa Força e Luz de São Miguel, Empresa de Força e Luz Agudos – Pederneiras e Companhia Elétrica do Oeste

### Controle acionário da Cia. Paulista de Força e Luz no momento de sua fundação

Fonte: CPFL - Energia e desenvolvimento, 1982



de São Paulo.

A empresa base que propiciou o surgimento da CPFL foi a Força e Luz de Botucatu. Empresa pioneira fundada em 1907 por Manofredo Antônio Costa, que contou com apoio político e financeiro da família Cardoso de Almeida.

Outras Usinas Iniciais foram:

#### *A Usina de Dois Córregos*

Manfredo Antônio da Costa, em 1909, venceu a concorrência pública aberta pela prefeitura de Dois Córregos. E, em 1910, foi criada a Companhia do Oeste, com o objetivo de fornecer energia para Mineiros, Bocaina, Barra Bonita, Bica de Pedra, alguns distritos de Jaú, além de Dois Córregos.

A transferência da Oeste de São Paulo para a CPFL deu-se em 1913.

#### *A Usina de São Manoel*

Em 1906, Francisco A. de Queirós Netto transferiu para José Balbino de Siqueira, o contrato de iluminação pública de São Manoel. Em 1909, estendeu seu fornecimento para Lençóis Paulistas e para a cidade de Aparecida. A transferência da Força e Luz de São Manoel para CPFL ocorreu em 1913.

#### *A Usina de Pederneiras*

Em 1910, foi instalada a luz elétrica na cidade. Alfredo Penna, o concessionário, colocou em funcionamento uma termoelétrica, até 1911, ano em que foi inaugurada a hidrelétrica. Em 1914, a firma Penna & Cia transferiu a concessão para a CPFL.

Nos últimos anos da década de 1940, a CPFL chegou a possuir um sistema único e integrado, ou seja, uma área maior que um terço do Estado de São Paulo sob controle do sistema nacional das empresas Elétricas Brasileiras. Isso foi possível através de uma série de incorporações que se intensificaram após a aquisição da CPFL pelo grupo estadunidense *American Foreign & Power*, em 1927, grupo este que foi organizado, no mesmo ano, pela *Electric Bond and Share*.

As principais incorporações foram:

#### *Campineira de Tração, Luz e Força*

Em 1904, um grupo de empresários liderados por Alberto Jackson Byington, além de Francisco Villela de Paula Machado, Jambeiro Costa, Artur Moraes e Artur Furtado de Albuquerque, organizou uma empresa de eletricidade inicialmente constituída com o nome Cavalcante Byington & Cia. Em 1907, foi inaugurada a seção hidrelétrica da Cia Campineira de Iluminação e Força S.A. presidida pelo próprio Byington. Em 1911, a prefeitura de Campinas assinou com a Cia Campineira uma concessão para o fornecimento de luz elétrica pública e particular, além da exploração das linhas de bonde na cidade. No ano seguinte, em 1912, através da encampação das Cias de Carris e de Gás, organizou-se a Companhia Campineira de Tração, Luz e Força que foi adquirida pela AMFORP e anexada à CPFL em 1907.

### *Empresa de Eletricidade de Araraquara*

José Antônio da Fonseca Rodrigues, Ataliba Vale e Francisco de Paula Ramos conseguiram, em 1908, uma concessão para o fornecimento de energia elétrica para a cidade de Araraquara. Para explorar esta concessão, foi criada uma sociedade, a Rodrigues, Ramos e Cia., em 1910. Além destes, passaram a fazer parte da sociedade vários outros acionistas, tais como Bernardo de Magalhães, Ernesto Dias de Castro, José Cândido de Sousa, Alberto Moreira, o engenheiro Francisco Paes Leme de Monlevade e Joaquim da Fonseca Rodrigues. Além destas pessoas, participava também como acionista a *Société Financière et Commerciale Franco-Brésilienne*. Esta nova sociedade, a partir de 1912, foi dissolvida para dar lugar a uma sociedade anônima nomeada Empresa de Eletricidade de Araraquara S.A. Nos anos seguintes, estendeu sua atuação para os municípios de Ribeirão Bonito e Rincão. Em 1927, foi comprada pelas Empresas Elétricas Brasileiras, do grupo AMFORP e, em 1947, passou finalmente a ser controlada pela CPFL.

### *Empresa de Eletricidade de Bauru*

Em 1911, um grupo de empresários locais, liderados pelos engenheiros José Joaquim Cardoso Gomes e Antônio de Almeida Cintra, conseguiu trazer a energia elétrica para a cidade e, alguns meses depois, foi fundada a Empresa de Eletricidade de Bauru. A área de concessão aumentou nos períodos seguintes, integrando os municípios de Pirajuí, Jucutinga, Presidente Alves e Lins. Além disso, companhias que atuavam originalmente nessas cidades, foram incorporadas à empresa, principalmente na década de 1920. Em 1919, José Balbino de Siqueira e Manfredo Antônio da Costa assumiram o controle acionário da empresa e, finalmente, em 1921, ela incorporou-se à CPFL.

### *Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto*

O engenheiro e empresário Rufino Augusto de Almeida, que em 1895 havia levado a energia elétrica e a iluminação pública à cidade de Cravinhos, apresentou uma proposta de concessão à sede do município, Ribeirão Preto, em 1898, e em 1899 já se utilizava, em caráter experimental, as primeiras lâmpadas elétricas na cidade. Para organizar as concessões, Rufino e seu sócio, o também engenheiro Trajano Sabóia Viriato de Medeiros, organizaram a empresa Rufino A. de Almeida e Cia. que, por sua vez, fundou, em 1898, a Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto. Entre 1904 e 1905, chegou a Ribeirão Preto o engenheiro Flávio de Mendonça Uchôa que associou-se a Plínio da Silva Prado, anos mais tarde, e adquiriu a usina Ribeirão Preto, assumindo assim o controle acionário da Empresa Força e Luz. Investindo novos recursos, abriram

uma era de expansão, na qual muitos municípios próximos receberam seus serviços, entre eles, Jardinópolis, Nuporanga, São Joaquim da Barra e Barretos (1910); Igarapava, Aramina, Buritis, Pedregulho, Rifaina, Ituverava e Bebedouro, além de outros municípios menores da região (1918); e chegou a ampliar mais tarde o fornecimento para as regiões da Alta Mogiana, Alta Paulista e uma parte do Noroeste do estado, construindo uma série de hidrelétricas para atender a demanda crescente. Em 1927, a AMFORP adquire seu controle acionário e é incorporada a CPFL em 1947.

#### *The Southern Brazil Electric Co. Ltd. (Piracicaba)*

Luis Vicente de Queiroz recebeu aprovação, em 1890, de sua proposta na Câmara Municipal e organizou a Empresa Elétrica Luis de Queiroz. Em 1903, a empresa foi adquirida pela Ignarra Sobrinho & Cia., passando a chamar-se Empresa Elétrica de Piracicaba. Após um incêndio em uma de suas usinas, a empresa impossibilitada de reerguer-se financeiramente, transferiu o controle acionário para a Byington & Cia que, por sua vez, em 1913, o repassou para outra empresa, a inglesa Sourthen Brazil Electric Co. Os investimentos da nova controladora possibilitaram a expansão do raio de atuação da empresa para cidades próximas como São Pedro, Águas Santas, Tupy, Recreio, Santa Terezinha, Charqueadas, entre outras. O controle acionário passou novamente para uma nova empresa, em 1929, a AMFORP, para, em 1950, ser controlada definitivamente pela CPFL.

#### *Empresa Elétrica de Rio Preto*

Armando Salles de Oliveira, em 1912, recebe uma concessão para explorar as regiões de Rio Preto, Uchôa, Ibirá e Potirendada e cria a S.A. Empresa de Eletricidade de Rio Preto. Apesar dos grandes projetos, inclusive o de construir uma grande hidrelétrica no Rio Grande, a extrema dificuldade de obter capitais no mercado internacional, o que certamente se agravou com a crescente concentração monopolista no setor de energia elétrica, o fez vender sua companhia ao grupo AMFORP, em 1928, e integrada a CPFL em 1947.

## 2..As Estatizações

Nos anos cinquenta do século XX, antes de o governo federal estabelecer efetivo controle do setor de energia em São Paulo por meio da companhia Eletrobrás e suas subsidiárias regionais, o governo do estado já havia passado a gerir algumas indústrias de energia elétrica.



De fato, o governo federal comandado pelo regime militar brasileiro (1964-1985) passou a atuar seguindo os passos do modelo estatal difundido pelas teses de Keynes. Inicialmente, esse modo de promoção do desenvolvimento econômico, por meio de investimentos do Estado em obras de infra-estrutura, se deu nos Estados Unidos a partir de 1929 com o plano New Deal e, mais tarde, na Europa destruída em decorrência da Segunda Guerra Mundial.

Na América Latina, as agências internacionais de financiamento, como o Banco Mundial e Banco Interamericano de desenvolvimento, criadas com o Plano Marshall, seriam decisivas na história das empresas estatais durante o período de crise, entre 1973 a 1984, permitindo a permanência de uma política de investimentos estatais em eletricidade. Assim, garantiu o múltiplo papel do Estado como regulador da economia e promotor da infra-estrutura econômica, como produtor e empresário.

O Regime Militar, acreditou que ao substituir o capital estrangeiro pelo investimento nacional poderia ampliar o desenvolvimento do Brasil, de modo que tal desenvolvimento não fosse mais efetuado em níveis desiguais que preservavam as disparidades entre países exportadores de capital e países atrasados. Interviu diretamente na economia, criando políticas de recuperação dos investimentos públicos nas áreas de infra-estrutura e de insumos básicos.

Se, inicialmente, os planos econômicos estavam voltados para a estabilização econômica, posteriormente com o Plano Decenal, em 1967, passa a vigorar uma visão de crescimento econômico. Logo em 1968, o Plano Estratégico de Desenvolvimento toma para o Estado o papel de suprir a iniciativa privada em relação a infra-estrutura. Nesse contexto, o setor de Energia recebeu 19,4% do dispêndio global.

Com o Plano de Desenvolvimento, lançado para o período de 1972 a 1974, momento de grande euforia em relação ao sucesso da economia brasileira, carreeu-se a chamada poupança externa, com financiamentos em petrodólares e, há um processo de substituição das entidades de planejamento nas atividades de programação setorial por entidades de planejamento do governo.

Nesse processo, a Eletrobrás passa a assumir o papel que até então era exercido pelo BNDES. O sistema Eletrobrás passa a coordenar as empresas concessionárias da região Centro-Sul. Assim, em 1966, a CESP - Centrais Elétricas de São Paulo, empresa concessionária do estado de São Paulo, passa a fazer parte de um projeto de intensa reorganização para expandir o sistema. E, em 1973, são criadas quatro concessionárias de âmbito regional, sendo que a CHESF corresponderia a região sudeste, a partir da Lei 5.899, com o intuito de ampliar a força política e operacional do sistema Eletrobrás.

Também em 1973, uma crise mundial que quadruplica o preço do petróleo afeta a economia brasileira. O governo que ampliará a capacidade de autofinanciamento das empresas estatais ao colocar os títulos públicos no mercado financeiro, que havia reformado o sistema fiscal e expandido a produção de eletricidade. Devido ao aumento e a reestruturação dos preços das tarifas dos serviços públicos, se deu uma crise que aumentou a inflação e desequilibrou a balança de pagamentos que aprofundaram o endividamento externo e reduziram o auto-financiamento das empresas de energia.

A Tabela a seguir mostra o crescente investimento no setor de energia, a partir de 1970. Se entre 1970 e 1978 os investimentos triplicaram, após essa data, até 1984, há uma acentuada queda nos investimentos que não impede que esses ainda sejam o dobro do montante investido no início dos anos 70.

**INVESTIMENTO NO SETOR: 1970- 1984\***

Anos	Investimento	Tx. de Cresc. %
1970	4.119	-
1971	4.517	9,7
1972	5.301	17,4
1973	6.031	13,8
1974	6.873	14
1975	8.696	26,5
1976	9.698	11,5
1977	10.832	11,7
1978	12.159	12,3
1979	12.118	-0,3
1980	11.377	-6,1
1981	12.078	6,2
1982	12.826	6,2
1983	9.856	-23,2
1984	8.814	-10,6

Fonte Eletrobrás  
\*(em US\$ milhões de 1984)

Assim, percebe-se que a crise estrutural na economia, que desencadeou as restrições ao auto-financiamento, não impediu a expansão continuada para ampliar a capacidade do setor. Como exemplo do crescente envolvimento do Estado no setor, verificou-se que em 1979 o governo brasileiro, por meio da Eletrobrás, comprou da Brascan o controle acionário da então Light - Serviços de Eletricidade S.A. E, em 1981, a empresa passou às mãos do governo paulista e mudou seu nome para Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.

Porém, como conseqüência dessa atitude, se dá o endividamento externo das empresas com o Fundo Monetário Internacional - FMI. Situação promissora para que os interesses internacionais passassem a determinar uma política de ajuste diante das negociações da dívida externa brasileira, sem avaliar a real capacidade de pagamento dos devedores.

Na tabela a seguir, ao comparar-se o endividamento do Brasil com o endividamento do setor elétrico, constata-se, em primeiro lugar, que mesmo em meio a uma crise, permanece o investimento no setor e, em segundo lugar, que as empresas estatais foram utilizadas para a cobertura dos déficits do balanço de pagamentos.

### **CAPTAÇÃO BRUTA DE RECURSOS EXTERNOS, BRASIL E SETOR ELÉTRICO, DE 1974 a 1984**

(US\$ milhões)

<b>ANO</b>	<b>BRASIL (*) (A)</b>	<b>SETOR ELÉTRICO(**) (B)</b>	<b>B/A</b>
1974	6.891	470	6.8
1975	6.148	699	11.4
1976	80.554	683	8.5
1977	8.568	1.273	16.0
1978	14.228	1.805	12.7
1979	11.992	1.896	15.8
1980	12.318	2.282	28.5
1981	17.750	2.910	16.4
1982	14.880	3.117	20.9
1983	15.125	1.880	12.4
1984	16.932	4.839	28.6

Nota\* Excluindo Itaipu Binacional

Fonte: Eletrobrás. Fontes e Usos de recursos: retrospectiva 1974-84, p.8. In. LIMA, J. Luiz. Políticas de Governo e Desenvolvimento do Setor e Energia do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934- 1984). Memória da Eletricidade. Rio de Janeiro: 1995, p. 125.

Sobre a estatização, ainda ressaltamos que, ao haver uma adaptação das empresas públicas às condições de mercado, as quais as empresas privadas eram submetidas, há uma falta de distinção entre o que era uma empresa capitalista e o que era uma empresa pública. Assim, tais empresas possuíam mais autonomia que as privadas e, participando igualmente do mercado, em muitos casos, se tornariam grandes conglomerados, como nos casos da Petrobrás e da Vale do Rio Doce.

Além disso, esses grandes conglomerados do setor, em muitos casos, sofreram forte influência da atuação de grandes empresas de engenharia e de construção privadas. Um processo de monopolização do setor e um controle ilegal, por meio de indicação de seus próprios empreiteiros para as diretorias das empresas estatais, prejudicavam os interesses públicos sobremaneira.

#### *As Centrais Elétricas de São Paulo - CESP*

A partir dos anos 60, tem início a realização do maior programa do Governo Estadual para o setor de energia elétrica. A conjuntura político - administrativa do país e a reestruturação do setor elétrico, de meados da década de 60, propiciaram condições para a unificação das diferentes iniciativas da administração paulista nesse setor e inaugurou uma nova fase de intervenção da administração estadual no setor de energia elétrica. A CESP é criada em 5 de dezembro de 1966, como Centrais Elétricas de São Paulo, a partir da fusão de 11 empresas de energia elétrica, objetivando centralizar o planejamento e racionalizar os recursos do estado de São Paulo no setor energético. Entre estas 11 empresas, temos:

- Usinas Elétricas de Paranapanema S/A – USELPA
- Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo – CHERP
- Centrais Elétricas de Urubupungá S/A – CELUSA
- Bandeirante de Eletricidade S/A – BELSA
- Companhia de Melhoramentos de Paraibuna – COMEPA
- Companhia Luz e Força Tatuí
- Empresa Luz e Força Elétrica de Tietê S/A
- Empresa Luz e Força de Mogi Mirim S/A
- S/A Central Elétrica de Rio Claro
- Empresa de Melhoramentos de Mogi Guaçu S/A
- Companhia Luz e Força de Jacutinga S/A

Cinco das 11 empresas fusionadas, eram empresas de economia mista com participação majoritária do governo estadual. Eram elas: Bandeirante de Eletricidade S/A (Belsa), Centrais Elétricas de Urubupungá (Celusa), Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo (Cherp), Companhia Melhoramentos de Paraibuna (Comepa) e Usinas Elétricas do Paranapanema (Uselpa).

Destas empresas controladas pelo estado, duas englobavam seis particulares em seus respectivos conglomerados. A primeira, a Cherp, detinha o controle acionário da Central Elétrica de Rio Claro (Sacerc) e de suas associadas, a Empresa Melhoramentos

de Mogi Guaçu, a Companhia Luz e Força de Jacutinga e a Empresa Luz e Força de Mogi Mirim; e a segunda, a Belsa, controlava a Companhia Luz e Força de Tatuí e a Empresa Luz e Força Elétrica de Tietê.

Até 1973, a CESP forneceu energia elétrica, através da Light, ao núcleo industrial mais desenvolvido do país a preços “subsidiados”, ou seja, abaixo do custo legal de serviço.

A consolidação da CESP teve lugar dentro do processo de articulação entre o investimento produtivo do Estado e o investimento privado de capital estrangeiro e nacional. O investimento em energia elétrica foi acompanhado pelas inversões estatais em transportes, comunicações, combustíveis líquidos, siderurgia, as quais passam a servir de apoio à expansão da indústria.

Até o início da década de 70, a lógica de expansão da CESP se adequou à política setorial de energia elétrica, centralizada em nível da Eletrobrás. Mas, com a chamada Lei de Itaipu, de 1973, a perspectiva de expansão da empresa foi restringida, sendo que, não foi oferecida, na época, nenhuma alternativa de crescimento.

Uma das questões mais agudas para a CESP, enquanto empresa produtiva, começou a emergir com o choque entre a gradativa ampliação potencial de acumulação, a partir da entrada em operação de seus maiores empreendimentos tais como a Ilha Solteira, a partir de 1974, e as restrições à sua expansão decorrentes da Lei de Itaipu, de 1973. A área energética haveria de se propiciar de uma tentativa da CESP de reconciliar a sua expansão empresarial com uma nova função enquanto aparelho estatal.

Um primeiro nível para a apropriação de um novo espaço de atuação parecia estar na sua eventual participação no programa de construção das oito (08) centrais nucleares, decorrentes do Acordo Nuclear do Brasil com a Alemanha, assinado em meados de 1975. No entanto, o fato da empresa Furnas, que já constituía a primeira central nuclear, Angra I, ser incumbida de administrar a construção das duas primeiras centrais e, também, o surgimento de problemas técnicos, decorrentes da implantação dessas unidades, fez com que a CESP abandonasse a perspectiva de expansão na área de centrais nucleares.

Em 27 de outubro de 1977, ela virou efetivamente uma empresa energética e a razão social da CESP foi alterada para Companhia Energética de São Paulo, tendo como objetivo ampliar a atuação da empresa, abrindo maior espaço, buscando o desenvolvimento de outras atividades, além das tradicionais, relativas aos serviços públicos de energia. Durante o transcorrer de 1978, a empresa consegue se fixar prioritariamente em uma alternativa energética sem se descuidar de outros estudos: metanol, proveniente da madeira (eucalipto).

Até década de 80 a empresa mantém outros projetos alternativos tais como o de construção de uma usina térmica em São Paulo a base do lixo urbano, a fabricação de hidrogênio a partir da energia elétrica secundária para posterior produção de amônia, de uréia, e talvez de fertilizantes, a produção de gás de madeira, a gaseificação do carvão nacional e, finalmente, habilita-se na instalação de centrais nucleares.

#### 4. As Privatizações

Em 1980, uma onda neo-liberal já assolava a América Latina e a ideologia, segundo Paulo Nogueira Batista, consolidada nos anos 90, sustentaria a tese da falência do Estado. Ele diz que “não se discutia mais apenas (...) se o Estado devia ou podia ser empresário. Se podia, ou devia, monopolizar atividades estratégicas. Passou-se simplesmente a admitir como premissa que o Estado não estaria mais em condições de exercer um atributo essencial da soberania, o de fazer política monetária e fiscal.”

Ainda, externamente, o Brasil convivia com a idéia de decadência do comunismo na Europa, com a desintegração da União Soviética, com o socialismo espanhol e francês e o discurso neoliberal e adotava propostas do Consenso de Washington. Convivia, também, com as idéias de desmoralização do modelo de desenvolvimento com uma participação ativa do Estado, como regulador e até empresário.

Contribuía para essa atitude a situação interna de endividamento e inadimplência por parte das empresas, de conflitos entre empresas federais e estaduais por novos aproveitamentos de geração, de falta de investimento e congelamento de preços e tarifas, que apontavam no setor elétrico para a recessão.

A política de privatização ambicionava equilibrar as contas saldando dívidas e eliminando o déficit público, entretanto, Ildo Sauer salienta que na verdade as privatizações trouxeram muitos lucros para intermediários que se aproveitaram da oportunidade de ganhar dinheiro com tal processo.

Ainda, é vexatório constatar que o BNDES foi o maior financiador de privatizações do mundo, mas ao invés de financiar a compra das empresas estaduais para empresas nacionais, o BNDES sangrou seus cofres para as multinacionais, enquanto estava proibido de emprestar dinheiro para nossas empresas brasileiras, o que promoveu a desnacionalizando o setor elétrico.

No estado de São Paulo a privatização do setor elétrico foi proposta pelo governo do PSDB, em 1996. Fez parte do programa Estadual de Desestatização (PED) que seguia o Plano Brady, promovendo a renegociação da dívida latino-americana em troca da abertura dos mercados.

## Leilões das Empresas do Setor Energético do Estado de São Paulo

Empresas	Data do Leilão	Preço Mínimo R\$	Valor de Venda R\$	Agio %	Grupo Controlador
<b>Distribuidoras de Energia Elétrica</b>					
CPFL	5/11/1997	1.772.362.272,00	3.014.910.038,66	70,11	DOC 4 Participações
ELETROPAULO	15/4/1998	2.026.732.419,60	2.026.732.419,60	0,00	LIGHTGÁS
ELEKTRO	16/7/1998	743.561.018,50	1.479.258.289,64	98,94	Terraço Participações
BANDEIRANTE	17/9/1998	1.014.522.329,23	1.014.522.329,23	0,00	DRAFT 1
<b>Geradoras</b>					
PARANAPANEMA	28/7/1999	651.465.111,33	1.239.160.556,60	90,21	Duke Energy
TIETÊ	27/10/1999	721.756.675,07	938.066.281,01	29,97	AES Gerasul
<b>Distribuidoras de Gás Canalizado</b>					
COMGÁS	14/4/1999	753.496.838,98	1.652.579.242,32	119,32	Integral Holdings
ÁREA NOROESTE	9/11/1999	110.000.000,00	274.900.000,00	149,91	Gás Brasileiro
ÁREA SUL	26/4/2000	95.000.000,00	533.800.000,00	461,89	Gás Natural SDG S/A

As informações referem-se a data do leilão.

DOC 4 Participações S/A = VBC (Votorantim, Bradesco e Camargo Córrea), 521 Participações S/A (Fundo de Pensão do Banco do Brasil) e BONAIRE (Fundos de Pensão da CESP, SISTEL, ECONOMOS, PETROS, SABESPREV, METRUS E BANESPREV).

LIGHTGÁS LTDA. 50,93% = Reliente Energy International (Houston): 11,46%, EDF - Eletrecité de France: 11,46%,

AES : 11,46%, BNDESPar : 9,2%, CSN - Companhia Siderurgica Nacional : 7,32%

Terraço Participações LTDA. = Grupo ENRON (EPC Empresa Paranaense Comercializadora, ENRON e ETB)

DRAFT 1 = EDP Eletricidade de Portugal e CPFL (VBC)

Duke Energy

INTEGRAL HOLDINGS S/A. = Distribuidora de Gás do Brasil Holdings e Pecten Congo Limited

GÁS BRASILIANO = AGIP : 51,0% e Societá Italiana de Gás : 49,0%

Fonte: Site - [www.energia.sp.gov.br](http://www.energia.sp.gov.br)

### 5. O Quadro Atual do Setor Elétrico Paulista

Para facilitar a compreensão do setor elétrico no estado de São Paulo atual, podemos dividi-lo em três: Geração, Transmissão e Distribuição.

#### Geração

Atualmente há cinco empresas, sendo duas estatais – CESP e EMAE – e três privadas – CGEET-AES Tietê S/A, CPFL Geração de Energia S/A e Duke Energy International Geração Paranapanema.

#### CESP

No processo de privatizações iniciado no Estado de São Paulo no fim da década de 1990, a CESP passou por cisões onde foram criadas novas empresas de transmissão e distribuição e a empresa original permaneceu apenas com o setor de geração de energia, através das usinas que ela controla atualmente: Ilha Solteira, Engenheiro Souza Dias (Jupia), Eng. Sérgio Motta (Porto Primavera), Três Irmãos, Paraibuna e Jaguari. Apesar de ter a intenção de privatizá-la, o Governo do Estado de São Paulo decidiu, em 2001, por recomendação do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, adiar a realização do leilão, segundo eles por “circunstâncias supervenientes alheias à vontade do Governo do Estado, relacionadas com a indefinição quanto às medidas de

contenção do consumo de energia elétrica que ainda não haviam sido anunciadas pelo Governo Federal e que poderiam influenciar significativamente o comportamento do mercado em geral.”<sup>11</sup> Ainda não há data prevista para a realização do leilão.

#### *EMAE*

Esta companhia estatal, originada do setor de geração de energia da ex-estatal Eletropaulo, tem como base as usinas de Henry Borden, Porto Góes, Rasgão e Piratininga.<sup>12</sup>

#### *CGEET-AES Tietê S/A*<sup>13</sup>

Em 1999, o grupo AES adquiriu a Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê, uma das três empresas criadas no processo de cisão da Companhia Energética de São Paulo – CESP para privatização. A empresa, atualmente denominada AES Tietê, manteve o parque de 10 usinas hidrelétricas e é controlada, desde 2003, pela Brasileira Energia S/A, holding formada pela AES Corp e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A AES Tietê tem concessão de 30 anos e contratos para fornecimento de energia (PPA) com as distribuidoras Cia Paulista de Força e Luz, Bandeirante Energia, Elektro Eletricidade e Serviços, AES Eletropaulo, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Companhia Piratininga de Força e Luz e Empresa Elétrica Bragantina.

#### *CPFL Geração de Energia S/A*<sup>14</sup>

Em 1997, o consórcio VBC (Votorantim, Bradesco e Camargo Corrêa), a 521 Participações S/A e a Bonaire (empresa formada por fundos de pensão) adquiriu o controle acionário da empresa pelo valor de R\$ 3,014 bilhões. Em 2000, é criada a CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S/A, após a cisão das atividades de geração e de distribuição na Companhia Paulista da Força e Luz, atendendo aos contratos de concessão assinados junto ao Ministério de Minas e Energia. O parque de geração de energia da empresa<sup>15</sup> atualmente é composto por uma (01) usina termelétrica (UTE Carioba) e dezenove (19) hidrelétricas: Americana, Buritis, Capão Preto, Cariobinha, Chibarro, Dourados, Eloy Chaves, Esmeril, Gavião Peixoto, Jaguari, Lençóis, Monjolinho, Pinhal,

---

<sup>11</sup> [www.cesp.com.br](http://www.cesp.com.br)

<sup>12</sup> Ver em Anexo II o esquema do Complexo de Geração da EMAE.

<sup>13</sup> Ver em Anexo III mais informações sobre o grupo AES em âmbito mundial.

<sup>14</sup> Ver em Anexo IV a trajetória geral da história da CPFL.

<sup>15</sup> Ver em Anexo IV o mapa do complexo de geração da CPFL.



Salto do Pinhal, Salto Grande, Santana, São Joaquim, Socorro, Três Saltos e Serra da Mesa.

#### *Duke Energy International Geração Paranapanema*<sup>16</sup>

A Geração Paranapanema surgiu da cisão da CESP e foi vendida, em 1999, para a Duke Energy International. Possui oito (08) usinas hidrelétricas ao longo do rio Paranapanema: Jurumirim, Chavantes, Canoas I e II, Capivara, Taquaruçu, Salto Grande e Rosana. Segundo a Duke Energy International<sup>17</sup>, a Geração Paranapanema é o maior investimento da empresa fora dos EUA (da ordem de US\$1,5 bilhão).

#### Transmissão

##### *CTEEP*

A Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista foi criada a partir da cisão da CESP. Iniciou suas operações em 1999 e, em 2001, incorporou a EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A., oriunda da cisão da Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade São Paulo S. A, resultando, desta forma, em uma empresa bem maior. Foi a partir dessa alteração que a empresa adotou a marca fantasia Transmissão Paulista. A empresa, cujo controle acionário pertence ao Estado de São Paulo, opera uma infra-estrutura composta por 102 subestações e mais de 11.780 quilômetros de linhas de transmissão que se estendem por todo o Estado de São Paulo.

#### Distribuição<sup>18</sup>

##### *AES Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.*

A Eletropaulo foi criada pelo governo do Estado de São Paulo, em 1981, ao adquirir da Eletrobrás o subsistema paulista da Light. Em 1997, dentro do programa de privatizações, foi reestruturada e nela houve um cisão que deu origem a quatro empresas, sendo uma delas a Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S/A, responsável pela distribuição de energia elétrica em 24 municípios da Grande São Paulo. Em 1998, foi adquirida em leilão pela Lightgás, subsidiária do grupo Light, formado pelas

---

<sup>16</sup> Ver em Anexo V o mapa do complexo de geração da Duke Energy International Geração Paranapanema e mais informações da empresa em âmbito mundial.

<sup>17</sup> [www.duke-energy.com.br](http://www.duke-energy.com.br)

<sup>18</sup> Ver em Anexo I o mapa das concessões de distribuição no Estado de São Paulo.

empresas americanas AES Corporation, Houston Industries Energy, Inc.(a atual Reliant Energy), pela francesa Electricité de France (EDF) e pela brasileira Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Em 2001, com a venda das ações da Reliant e da CSN, a Eletropaulo passou a ser controlada pelo grupo AES.<sup>19</sup> Segundo a AES<sup>20</sup>, no período entre 1998 e 2005, foram investidos R\$ 2,18 bilhões em modernização, manutenção e expansão da rede. Em 2005, o montante investido chegou a R\$ 354,8 milhões, totalmente financiado pela geração de caixa da empresa. Em 2006, os investimentos projetados são da ordem de R\$ 300 milhões, elevando o total para R\$ 2,48 bilhões.

#### *Bandeirante Energia S.A.*<sup>21</sup>

Uma das empresas criadas da cisão da Eletropaulo, em 1997 e adquirida em 1998, em leilão, pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A. e pela CPFL-Companhia Paulista de Força e Luz S.A. Em 2001, foi aprovada pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) a cisão da Bandeirante Energia S.A., transformando-a em duas empresas distintas e independentes: a Bandeirante Energia S.A., controlada pela EDP - Electricidade de Portugal e a Companhia Piratininga de Força e Luz, sob o controle do grupo CPFL.

#### CPFL Piratininga

A Companhia Piratininga de Força e Luz, como dito anteriormente, surgiu da cisão da Bandeirante Energia S.A., em 2001, e hoje é controlada exclusivamente pelo grupo CPFL.

#### *CLFSC - Companhia Luz e Força Santa Cruz*

Companhia que trabalha com geração e distribuição e pertence ao grupo Votorantim.

#### *CMS ENERGY*

Grupo formado pelas empresas: CPEE - Companhia Paulista de Energia Elétrica; CSPE - Companhia Sul Paulista de Energia; CLFM - Companhia Luz e Força de Mococa e pela CJE - Cia. Jaguari de Energia Elétrica.

---

<sup>19</sup> Ver em Anexo III mais informações sobre o grupo AES em âmbito mundial.

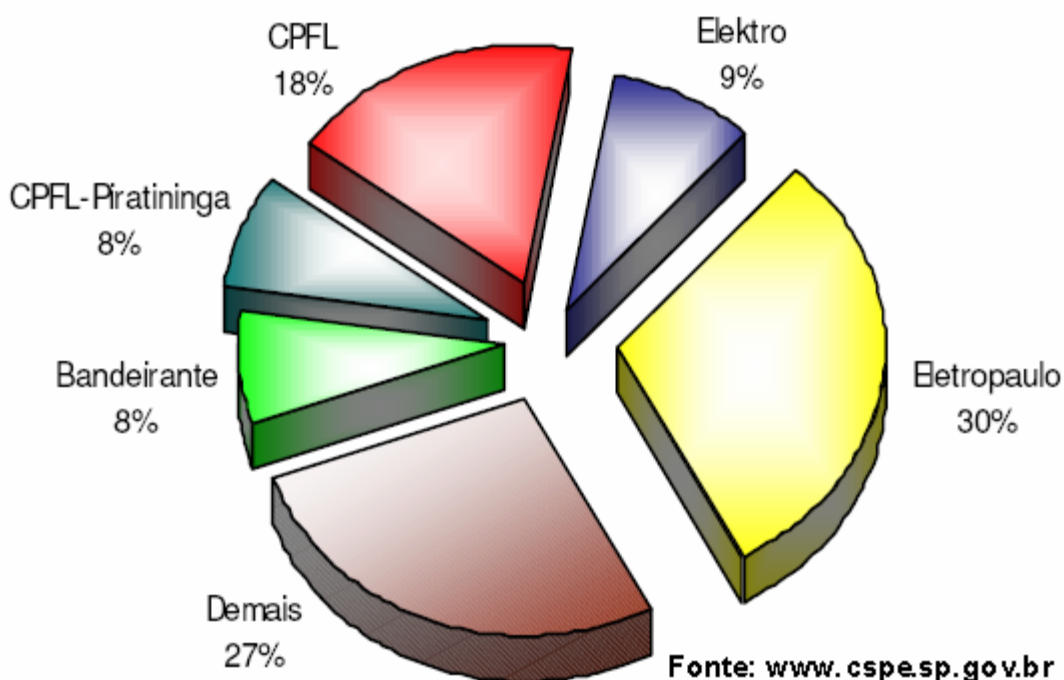
<sup>20</sup> [www.eletropaulo.com.br](http://www.eletropaulo.com.br)

<sup>21</sup> Ver em Anexo VI mais informações sobre o grupo EDP em âmbito mundial.

*Elektro - Eletricidade e Serviços S.A.*

A Elektro foi formada, em 1998, como uma das empresas da cisão da antiga CESP e, no mesmo ano foi privatizada. Atualmente, a Elektro é controlada diretamente pelas empresas holdings EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. (EPC), ETB – Energia Total do Brasil Ltda. (ETB), Prisma Energy Investimentos Energéticos Ltda. (PEIE) e Prisma Energy Brazil Finance Ltd. (PEBFL), que conjuntamente detêm

**Participação das Empresas na Energia Distribuída  
Ano de 2005 - 103.729 GWh**



99,68% do capital total e 99,97% do capital votante. Estas holdings são controladas indiretamente pela Prisma Energy International Inc..<sup>22</sup>

### **GRUPO REDE<sup>23</sup>**

Sua história teve início em 1903, com a fundação da Empresa Elétrica Bragantina S. A. (EEB). A partir daí, outras empresas do interior paulista foram adquiridas. Em 1981, a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S. A. (EEVP); em 1984, a Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE) e em 1985, a Caiuá Serviços de Eletricidade S.A. (CAIUÁ), dando origem à REDE Empresas de Energia Elétrica.

<sup>22</sup> Ver em Anexo VII mais informações sobre o grupo Prisma Energy em âmbito mundial.

<sup>23</sup> Ver em Anexo VIII mais informações sobre o grupo Rede.

## Conclusões

O aporte de recursos provenientes de capital internacional inegavelmente trouxe vantagens para o setor no Brasil. Em diversos periódicos é repetido o fato de, por exemplo, a Light ter criado condições para o desenvolvimento urbano na cidade. Mas de fato, o investimento estrangeiro estava sendo implantado num momento em que se dava a transição do trabalho escravo para o livre. A crise do complexo rural e o surgimento do novo complexo cafeeiro paulista simultâneos ao processo de substituição de importações implicaram o desenvolvimento do mercado de trabalho e a constituição do mercado interno. Assim, a ampliação da divisão social de trabalho por si só fomentava novos investimentos nas cidades, inclusive dos próprios cafeicultores para o desenvolvimento do setor de energia em São Paulo.

Ainda assim, o dinamismo das concessionárias estrangeiras, a partir do século XX, que foram absorvendo a maioria das empresas privadas nacionais e municipais despertou a indústria de energia.

O controle da indústria de energia sobre o sistema Eletrobrás movimentou os vultuosos investimentos estatais na geração de energia para o Brasil e, por meio desse montante, o setor mais tarde viria a consolidar-se no Brasil sempre ligado a um estado que atuava como empresário promovendo um crescimento extraordinário como o de 195%, entre 1970 a 1978.

Mesmo com a crise mundial que abala a economia interna do país e com a mudança na política brasileira, os ainda grandes investimentos do estado na indústria de energia, apesar de pequena queda para os padrões anteriores, tornam possível a fácil atração do capital privado, em especial proveniente da intenção do investimento estrangeiro em direção as privatizações iniciadas em meados da década de 1990.

Prova que essas empresas multinacionais julgavam fazer excelente negócio durante essas privatizações é o ágil decorrente da primeira transação ocorrida em São Paulo. A CPFL, Cia. Paulista de Força e Luz, comprada em leilão, em 5 de novembro de 1995 pela empresa VBC Energia S/A (holding) pela quantia de 3.015 milhões dólares, chegou a ter um ágil de 70.1%.

O tamanho otimismo e novos negócios proporcionados pela globalização mundial dá início ao processo no qual o investidor privado passa a ser o novo agente controlador do sistema energético no país. Durante essa transferência do controle nacional para o estrangeiro o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento operou como o verdadeiro financiador de privatizações. Segundo Hélio Benedito da Costa, o BNDES ao invés de financiar a compra das empresas estaduais para empresas nacionais, rifou o dinheiro

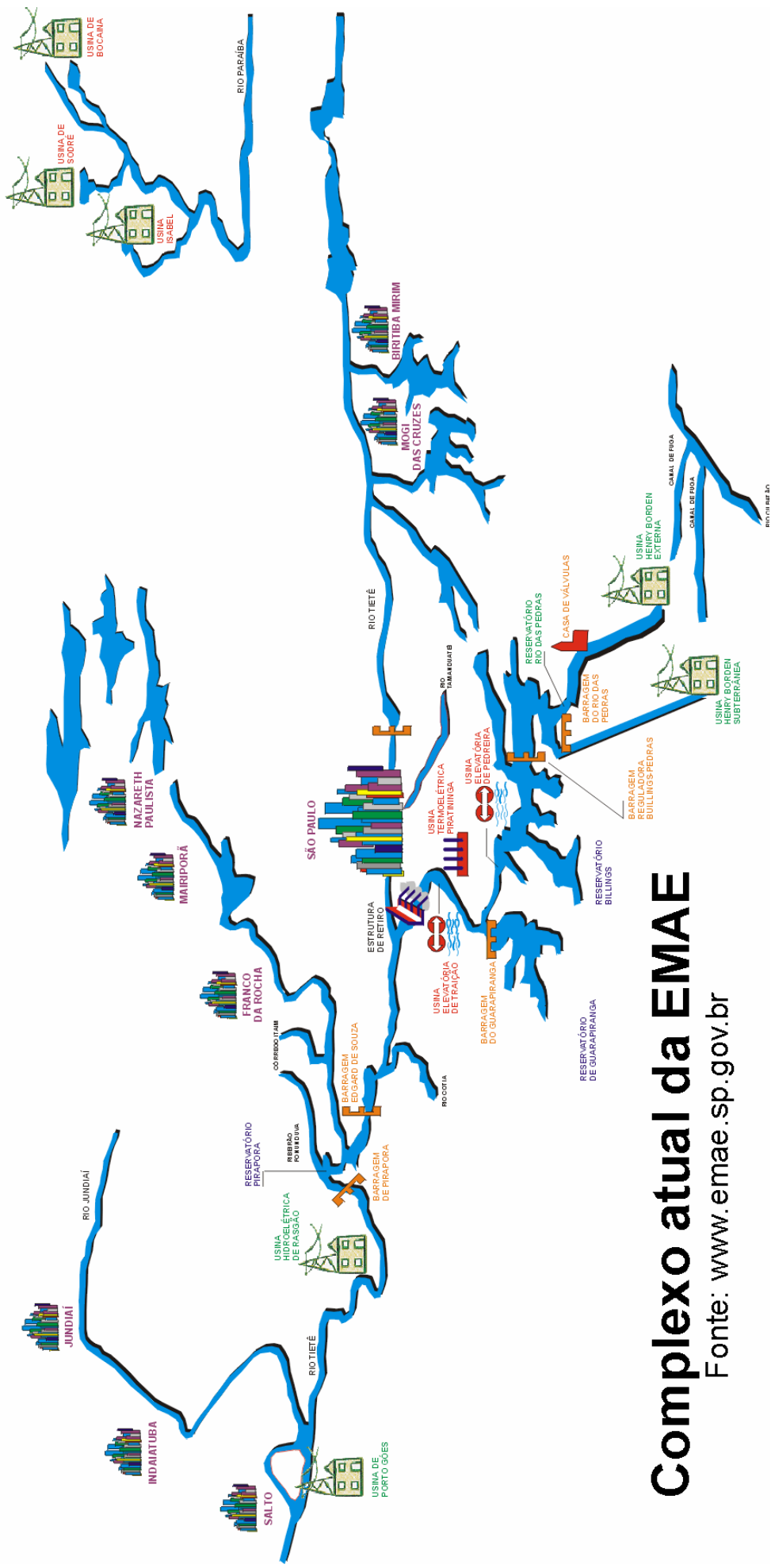
público brasileiro para as multinacionais. Havendo, assim, a desnacionalização do setor elétrico de forma geral, sem que houvesse uma explicação sobre os motivos para tal descaso com uma indústria essencial para o crescimento do país e que é responsável por um serviço público.

Hoje, a atuação do Estado passa a ser o de agência reguladora, através da ANEEL, e o dinheiro arrecadado com as privatizações não foram suficientes para os propósitos de aniquilar as dívidas adquiridas com o setor energético, entretanto, mesmo assim, sabe-se que as empresas de São Paulo estão todas nas mãos do capital estrangeiro.

Quanto a empresa Light –Serviços de Eletricidade S/A, sua privatização ocorreu em 21 de maio de 1996, vendida por 2.217 milhões de dólares para os grupos AES, EDF e Houston Ind. (norte americana e francesa). A Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo foi privatizada em 1998, vendida por 2.027 milhões de dólares ao Consórcio Lightgás que conta com participação de capital da AES (norte americana) e do grupo francês (EDF), da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Reliant Energy (norte americana). A CESP- Tietê - Cia. Elétrica de São Paulo Tietê foi vendida por 938,06 milhões de dólares para o Consórcio norte-americano AES Gerasul Emp. A Duke Eenergy do Sudeste, outra norte-americana, comprou a Paranapanema – Cia de Geração de Energia Elétrica / SP.

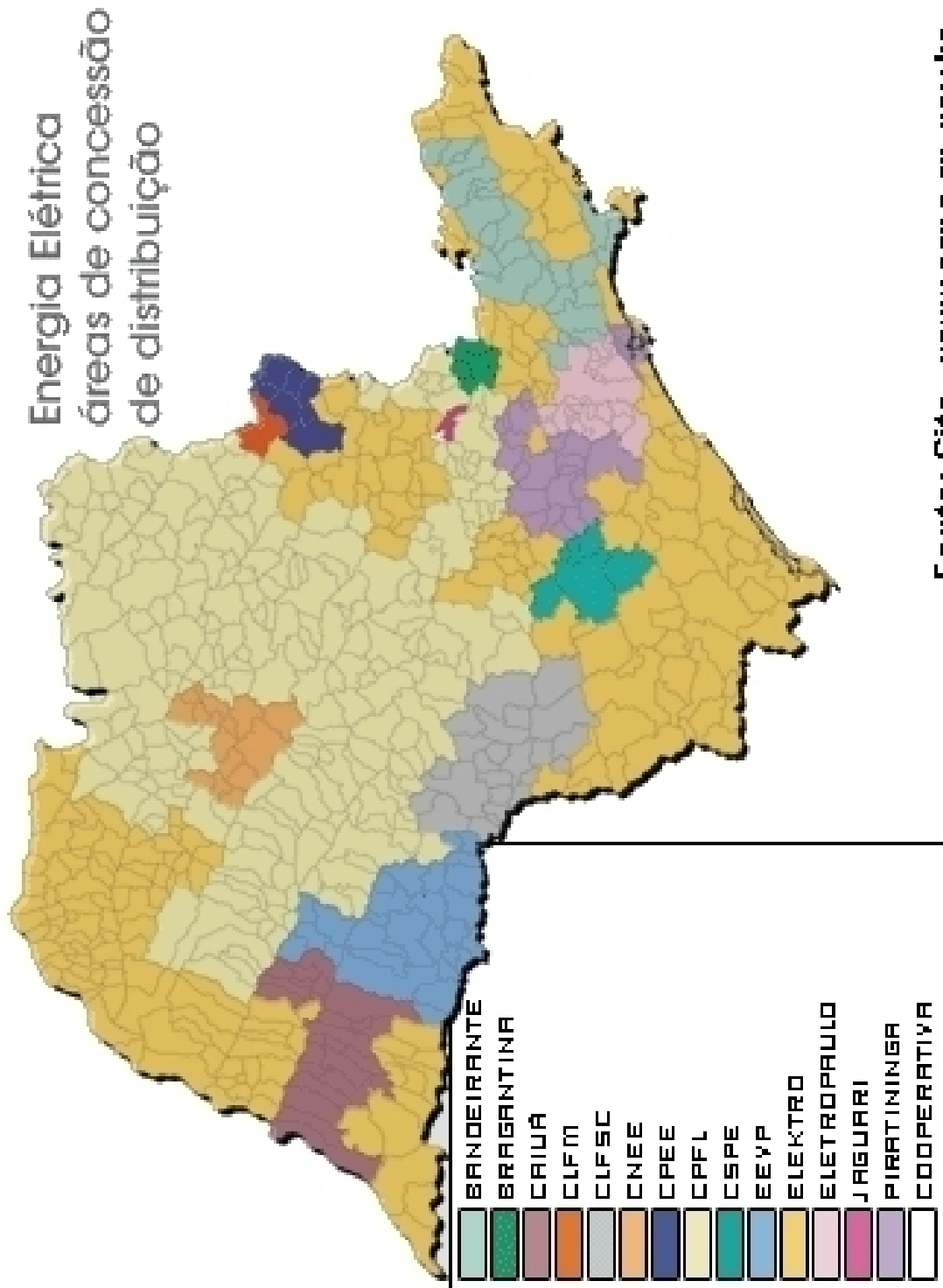
Anexos

Anexo I



# Complexo atual da EMAE

Fonte: [www.emae.sp.gov.br](http://www.emae.sp.gov.br)



Fonte: Site - [www.cspe.sp.gov.br](http://www.cspe.sp.gov.br)



## Anexo III

### *Grupo AES<sup>24</sup>*

Grupo Brasileira Energia S/A – A holding Brasileira Energia S/A detém o controle das empresas Eletropaulo Metropolitana, AES Tietê e AES Uruguaiana. Constituída em 2004, é resultado do acordo de negociação da dívida do grupo norte-americano AES Corporation com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e tem seu controle compartilhado entre a AES (46,15% do capital total e 50,01% do capital votante) e o BNDESPar (53,84% do capital total e 49,99% das ações com direito a voto).

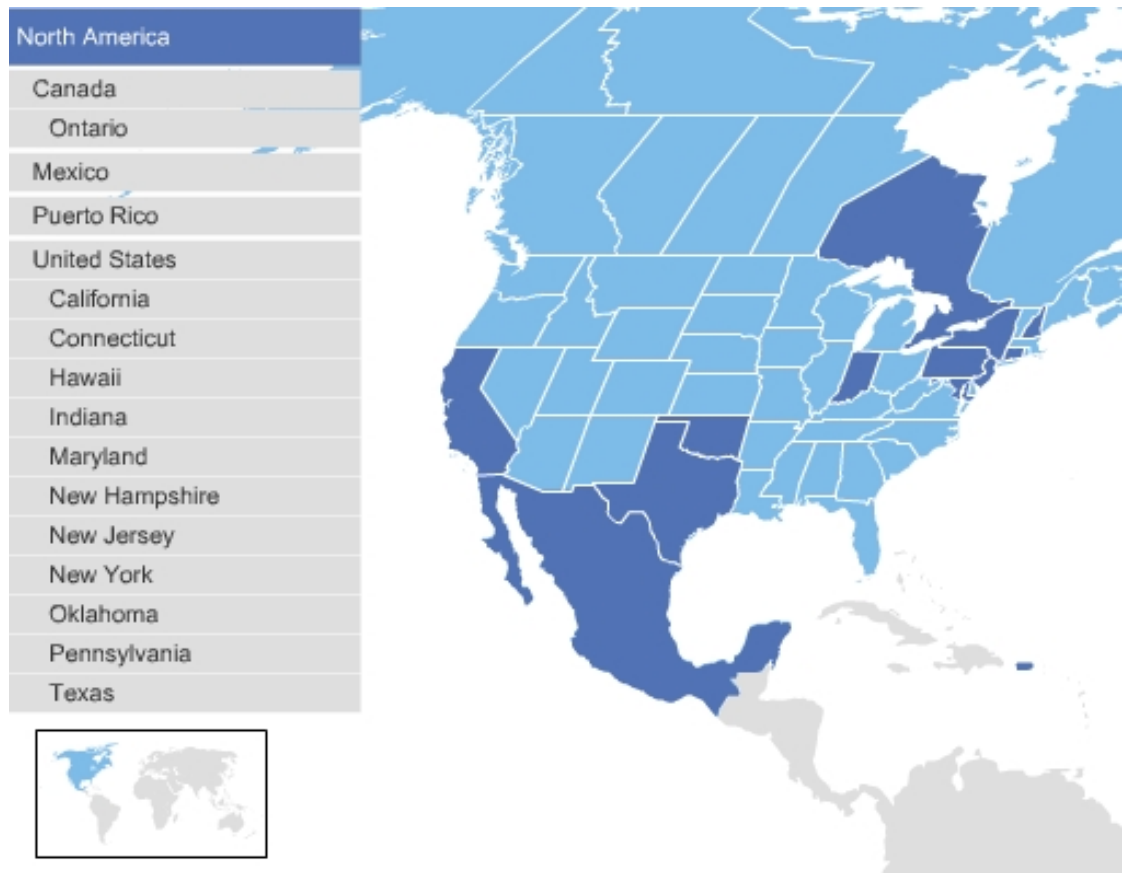
### *AES Corporation*

A AES Corporation é um dos principais investidores do setor elétrico mundial. Fundada em 1981, está presente em 27 países distribuídos pelas Américas do Norte, Central e do Sul; Europa; África e Ásia. O grupo atua em todos os segmentos do setor de energia elétrica: geração, transmissão, distribuição e comercialização. Em 2004, seu faturamento global foi de US\$ 9,486 bilhões. A AES está presente em 60% do mercado mundial. Seus ativos totais estão avaliados em US\$ 34 bilhões. A capacidade instalada total para geração de energia elétrica do grupo AES é de 45 mil megawatts (MW), distribuídos por 111 usinas que se abastecem em fontes diversas como água, gás natural, combustível sólido, movimento das marés e dos ventos. Para se ter uma idéia, esta capacidade instalada corresponde a quase metade de todo parque elétrico brasileiro, atualmente com potência total de 91.287 MW. O grupo também controla 17 distribuidoras de energia elétrica, que, juntas atendem mais de 11 milhões de clientes finais. A equipe do grupo AES é composta por 30 mil profissionais. Nas Américas do Sul e Central, a AES Corp. controla empresas de geração, distribuição e comercialização na Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Venezuela, México, Porto Rico, República Dominicana, El Salvador e Panamá. Juntos estes países respondem por 58% do faturamento da AES Corp. Esses resultados são provenientes da operação de 55 geradoras e de seis distribuidoras.

---

<sup>24</sup> Fonte das informações e ilustrações: [www.eletropaulo.com.br](http://www.eletropaulo.com.br); [www.aestiete.com.br](http://www.aestiete.com.br); [www.aes.com](http://www.aes.com)

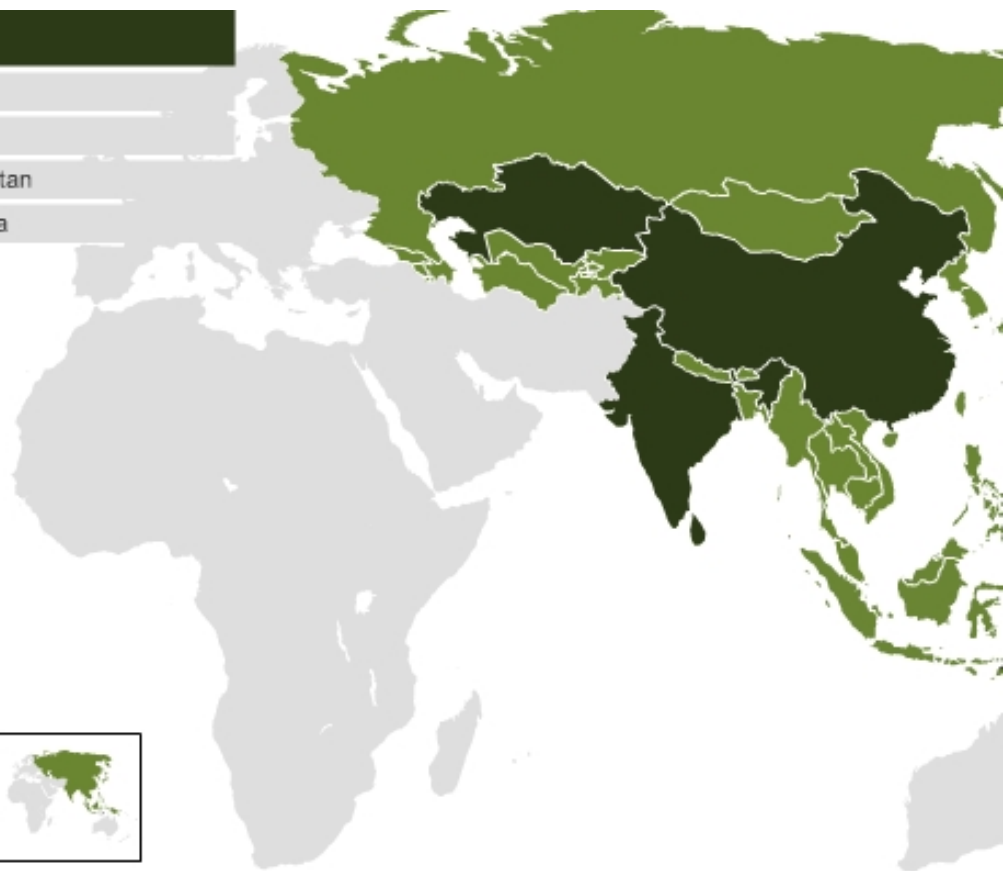
## Atuação da AES no mundo

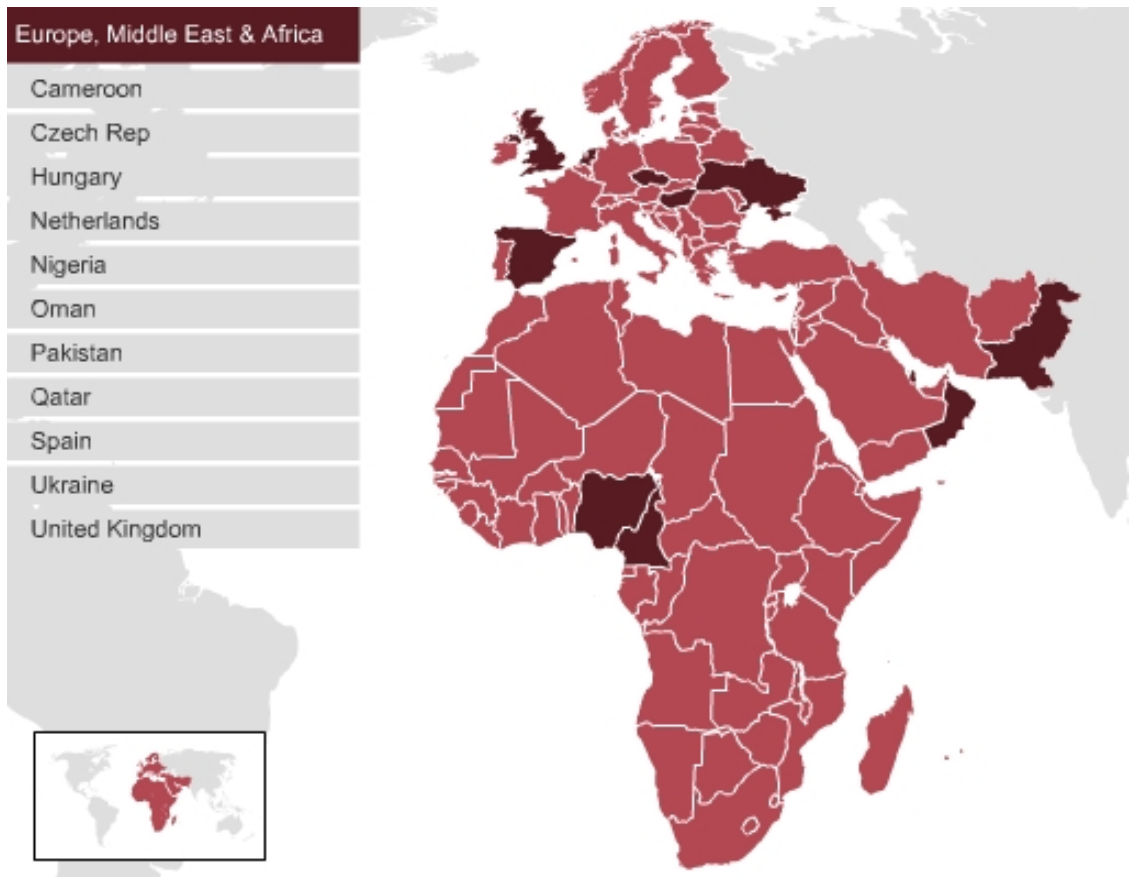


Latin America
Argentina
Brazil
Chile
Colombia
Dom Republic
El Salvador
Panama
Venezuela



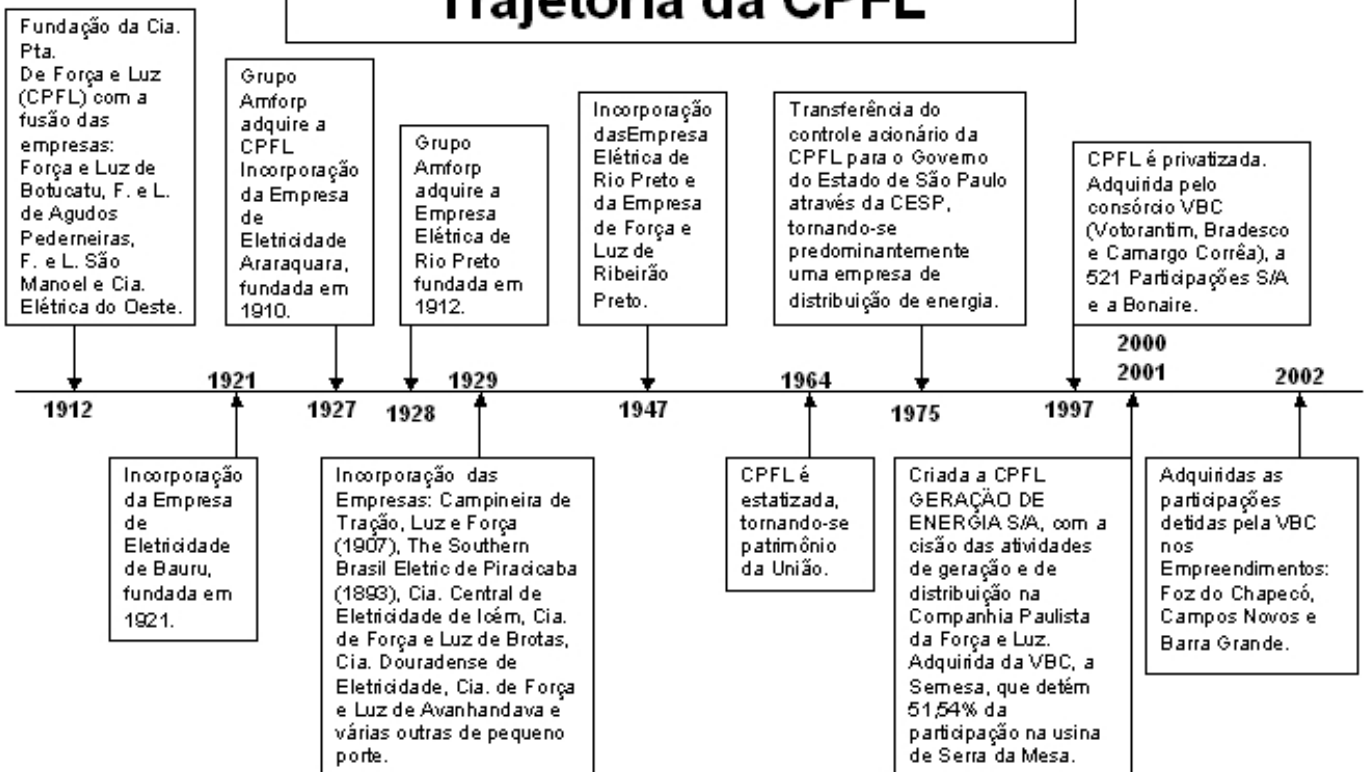
Asia
China
India
Kazakhstan
Sri Lanka





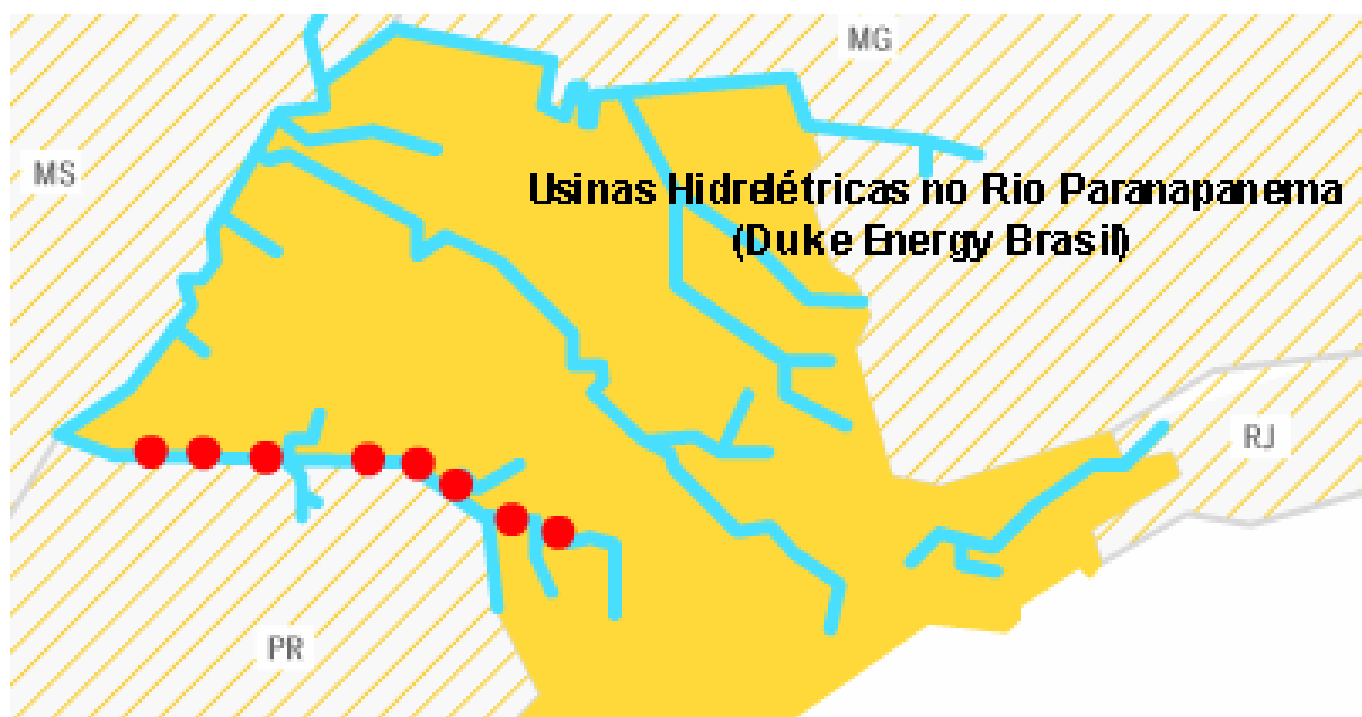
Anexo IV

# Trajectoria da CPFL



O Grupo Duke Energy International<sup>25</sup>

Atua internacionalmente nos setores de geração (suas usinas utilizam recursos hídricos, térmicos, nucleares e outras fontes de energia) e de distribuição de energia elétrica nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, El Salvador, Guatemala, México e Peru.



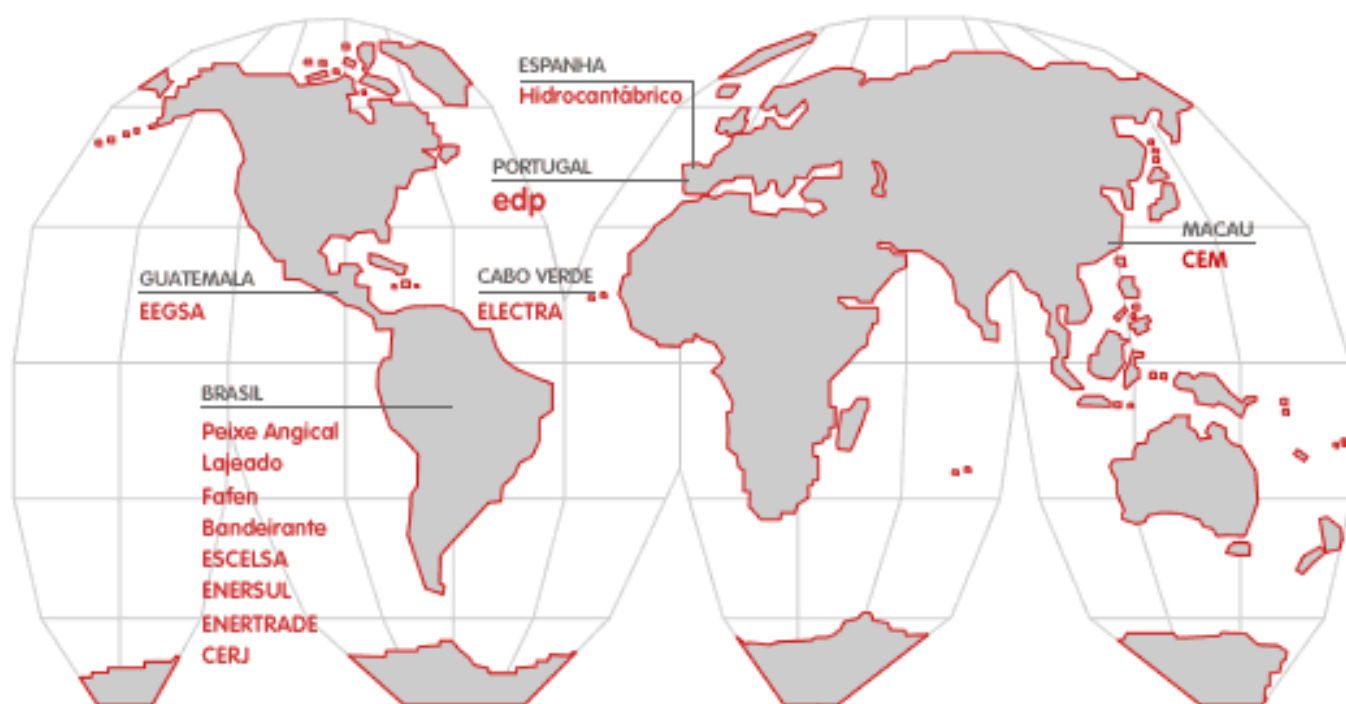
<sup>25</sup> Fonte das informações e ilustrações: [www.duke-energy.com.br](http://www.duke-energy.com.br); [www.duke-energy.com](http://www.duke-energy.com)

## Anexo VI

### *O grupo Energias de Portugal<sup>26</sup>*

O Grupo EDP encontra-se entre os grandes operadores europeus do sector elétrico e é um dos maiores grupos empresariais portugueses. Atua, hoje, na Europa (Portugal e Espanha), América Latina (Brasil e Guatemala), África (Cabo Verde) e Ásia (Macau), nos negócios da Produção, Distribuição e da Comercialização.

As atividades do Grupo EDP estão centradas nas áreas de produção e de distribuição de energia eléctrica, telecomunicações e tecnologias de informação, mas abrangem também outras áreas complementares e relacionadas como as da água, gás, engenharia, ensaios laboratoriais, formação profissional ou gestão do património imobiliário.



<sup>26</sup> Fonte das informações e ilustrações: [www.edp.pt](http://www.edp.pt)

## Anexo VII

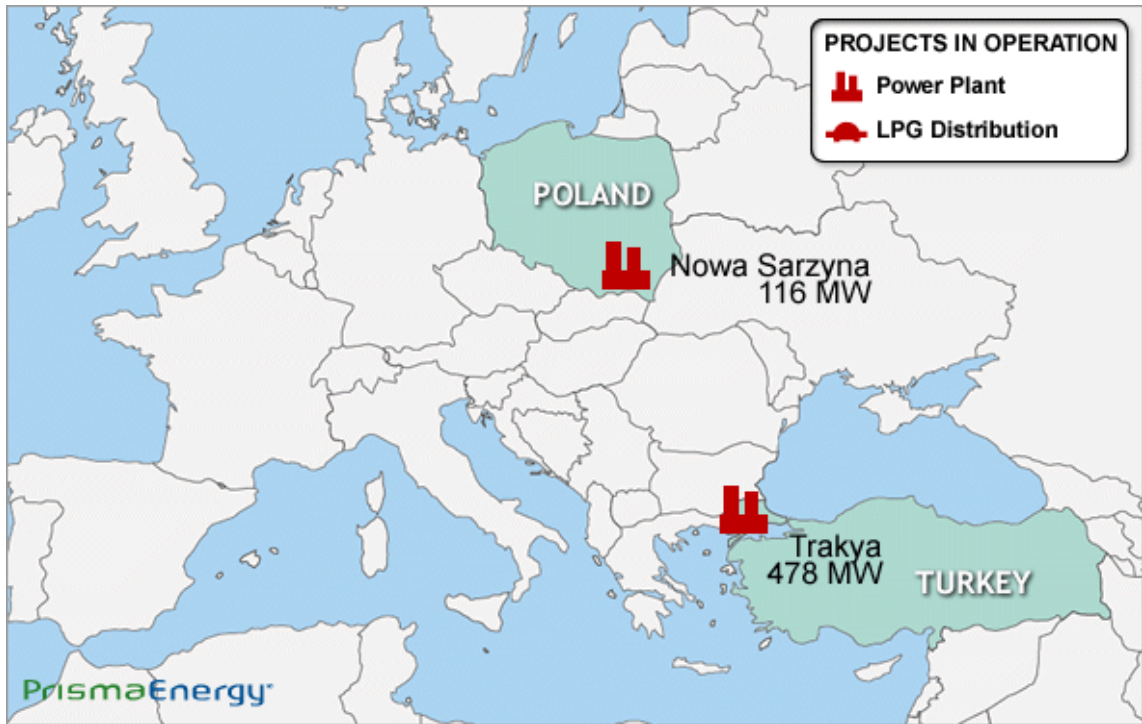
### O grupo Prisma Energy International Inc.<sup>27</sup>

A Prisma Energy é uma companhia internacional de energia, que controla interesses de 15 grupos de ativos do setor de energia situados em 11 países. A companhia opera em três segmentos de negócio: serviços referentes a gás natural, distribuição e geração de energia elétrica. Atualmente a empresa atua nos seguintes países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Estados Unidos (escritório), República Dominicana, Guatemala, Nicarágua, Panamá, Filipinas, Polônia, Turquia, Reino Unido (escritório) e Venezuela.



<sup>27</sup> Fonte das informações e ilustrações: [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br) e [www.prismaenergy.com](http://www.prismaenergy.com).





## Anexo VII

### O Grupo Rede<sup>28</sup>

Em 1989, o Grupo REDE ultrapassou as fronteiras do Sudeste e iniciou uma expansão no centro-oeste e no norte do Brasil, por meio da aquisição da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (CELTINS), primeira concessionária de energia elétrica a ser privatizada no País, numa parceria com o Governo do Tocantins. O passo seguinte conduziu a REDE para o Sul com a compra da Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO) de Guarapuava, no Paraná, em 1995.



<sup>28</sup> Fonte das informações e ilustrações: [www.gruporede.com.br](http://www.gruporede.com.br)

## Bibliografia

BERMANN, C. *Energia no Brasil: Para Quê? Para Quem?* São Paulo: Editora Livraria da Física, 2003.

BRANCO, Catullo. *Energia Elétrica e Capital Estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

CAVALCANTE de SOUSA, P.R. *Evolução da Indústria de Energia Elétrica Brasileira Sob Mudanças no Ambiente de Negócios: um Enfoque Institucionalista*. Tese de Doutorado – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002

CORREA, M.L. O Setor da energia elétrica e a constituição do estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. 1934 -1954. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2003.

DEAN, Waren. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1968.

Capital privado na reestruturação do setor elétrico brasileiro. In: História & Energia, 6. São Paulo: Eletropaulo/ Departamento de Patrimônio Histórico, 1996.

LEME, G.T. A. *Estrutura de Financiamento do Setor Hidrelétrico: O caso da CESP*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEA/USP, 1987.

LIMA, J.L. *Estado e Energia no Brasil: das origens à criação da Eletrobrás (1890-1962)*. São Paulo: IPE/USP, 1984.

\_\_\_\_\_. Estado Setor Elétrico no Brasil: do Código de Águas à Crise dos Anos 80 1934. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP, 1987.

NASCIMENTO, B.H. *A Ordem Nacionalista Brasileira*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2002.

SÉRIE ECONÔMICO - FINANCEIRAS DE EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICAS (1990) UFRJ

Revista Memória, Ano I - nº1

Revista Memória, Ano II - nº5 (Outubro/Dezembro de 1989)

Revista Memória, Ano IV - nº10/11 (Janeiro/Junho de 1991)

Revista Memória, Ano IV - nº12 (Julho de 1991)

Revista Memória, Ano IV - nº15 (Julho/Agosto/Setembro de 1992)

Revista Memória, Ano IV - nº16 (Outubro/Dezembro de 1992)

TOTA, A. P. *O Estado Novo*. Série Tudo é Historia. São Paulo: Brasiliense, 1994.

AES: Eletropaulo - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.; CGEET - A E S Tietê S/A - [www.eletropaulo.com.br](http://www.eletropaulo.com.br) ; [www.aestiete.com.br](http://www.aestiete.com.br) ; [www.aes.com](http://www.aes.com)

Bandeirante Energia S.A. - [www.bandeirante.com.br](http://www.bandeirante.com.br) ; [www.energiasdobrasil.com.br](http://www.energiasdobrasil.com.br) ; [www.edp.pt](http://www.edp.pt)

CESP - Companhia Energética de São Paulo - [www.cesp.com.br](http://www.cesp.com.br)

CLFSC – Companhia Luz e Força Santa Cruz - [www.clfsc.com.br](http://www.clfsc.com.br)

CMS ENERGY: CPEE - Companhia Paulista de Energia Elétrica; CSPE - Companhia Sul Paulista de Energia; CLFM - Companhia Luz e Força de Mococa; CJE - Cia. Jaguari de Energia Elétrica - [www.cmsenergy.com](http://www.cmsenergy.com)

CPFL - Geração de Energia S/A - [www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br)

CSPE - Comissão de Serviços Públicos de Energia - [www.cspe.sp.gov.br](http://www.cspe.sp.gov.br)

CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - <http://www.cteep.com.br>

DEGP - Duke Energy Internacional, Geração Paranapanema S.A. - [www.duke-energy.com.br](http://www.duke-energy.com.br) ; [www.duke-energy.com](http://www.duke-energy.com)

Departamento de Energia Elétrica da Escola de Engenharia de São Carlos (USP) - [www.sel.eesc.sc.usp.br](http://www.sel.eesc.sc.usp.br)

Elektro - Eletricidade e Serviços S.A. - [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br) ; [www.prismaenergy.com](http://www.prismaenergy.com)

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - [www.emae.sp.gov.br](http://www.emae.sp.gov.br)

Governo do Estado de São Paulo - [www.saopaulo.sp.gov.br](http://www.saopaulo.sp.gov.br)

GRUPO REDE - Empresas de Energia Elétrica: EEB - Bragantina S.A.; EEVP - Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S. A.; CNEE - Companhia Nacional de Energia Elétrica; Caiuá - Serviços de Eletricidade S. A. - [www.gruporede.com.br](http://www.gruporede.com.br)

Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento do Estado de São Paulo - [www.energia.sp.gov.br](http://www.energia.sp.gov.br)